

# UMA SUAVE SENSACÃO DA PELE

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. Lisboa: Ed. fragmentos, 1988.

Ao descrever o banho da marquesa de Châtelet, de quem é criado em 1746<sup>1</sup>, Longchamp pode surpreender o leitor dos nossos dias: o seu serviço proíbe qualquer relação de pudor. É o criado que mantém o calor da água. Vigia a caldeira. De vez em quando, despeja o seu conteúdo na banheira, evitando escaldar a marquesa. Em suma, está presente no quarto, atarefado e atento. Nenhuma perturbação por parte da marquesa, que se despe e se agita, considerando desnecessário tornar opaca a superfície da água. Os estatutos de amo e de criado são demasiado distantes para que a decência possa ser ameaçada. A mão servil ainda não é a mão de uma pessoa. Tão «neutra» como os objectos e tão «familiar» como as coisas da casa, está totalmente incorporada no quadro. A mão é transportada por ele, misturada com os utensílios quotidianos, e limitada. O olhar de Longchamp não tem qualquer peso: ele não pertence ao universo da jovem dama. Ela não o vê. Ele situa-se algures entre a criança e o criado. Demasiado afastado, em todo o caso, para atingir a banhista.

Ao relatar a cena, Longchamp está consciente de ilustrar os costumes que o fim do Antigo Regime vai modificar. Insiste no desprendimento da marquesa, na sua fria familiaridade, na sua distância extrema e, todavia, tão natural. O criado é inteiramente definido por uma função: a dos serviços próximos e indiferentes. Qualquer outro (ou outra) pode realizar estes gestos «insignificantes». Longchamp confessa o seu embaraço. O corpo da marquesa perturba-o a ponto de lhe tremer a mão ao despejar a água. Esta emoção muito consciente, e também esta admiração, indicam já que os costumes estão a mudar. As grandes damas do fim do século serão servidas apenas por «banheiras»<sup>2</sup>.

Por outro lado, nenhuma observação sobre o próprio banho. Longchamp considera a prática absolutamente normal. O que implica outra mudança: o banho já não surpreende. Integra-se num certo quotidiano. O episódio assim relatado é duplamente revelador: transformação das decências privadas, transformação das práticas da água, pelo menos entre os privilegiados. Neste contexto, o banho tem uma nova presença, depois do segundo terço do século XVIII. O que não significa, evidentemente, que se tenha tomado familiar, nem mesmo que a higiene seja

explicitamente o seu objecto. Pelo menos, torna indirectamente possível a transformação da higiene. Com o banho, instalam-se lentamente as abluções. A imersão, até então raríssima, começa a ser aceite. A água integra-se em novos circuitos. É o início de um costume susceptível de se generalizar. É certamente ainda muito limitado, talvez mesmo muito irregular, no momento em que a marquesa de Châtel toma banho. Em todo o caso, diz respeito a uma *élite* particularmente restrita; não corresponde, de resto, a nenhum aprofundamento do argumento higiénico. Mas, ao promover uma prática quase nova, não deixa de ter consequências: para alguns, em meados do século XVIII, a mudança de roupa podia já não ser o único gesto que servia para cuidar da pele. Existe um novo tratamento da água. Muito lentamente, nos toucadores da alta nobreza, começam a elaborar-se critérios inéditos. O banho é pensado com atenções e locais próprios. Não há dúvida de que é específico, pela sua frequência ainda rara, pelas imagens do corpo subjacentes. Esta originalidade está por definir. Sugere, mais uma vez, que nem todos os usos da água se assemelham. Mas é preciso evocar o banho aristocrático, ainda para mais pouco habitual, para compreender como a prática da água se transformou, por correcções sucessivas, até mesmo por inversões.

### *Um banho novo e raro*

Existem sinais da nova prática. Trabalhos sucessivos em Versalhes, por exemplo, para construir compartimentos reservados aos banhos, para os instalar na dependência de grandes aposentos, e também para os deslocar segundo planos frequentes de reordenamento<sup>3</sup>. Luynes considera útil, por exemplo, evocar o pedido feito pela rainha para utilizar temporariamente os banhos do rei, enquanto as obras tornam os seus inacessíveis: «A rainha tomou banho anteontem. Os banhos que tem no seu apartamento foram mudados durante a viagem a Fontainebleau (...). Como os banhos que antecedem o seu grande toucador verde não lhe podem ser de nenhuma utilidade presentemente, mandou pedir ao rei, ou pediu ela própria, licença para tomar banho na sua banheira. O rei concedeu a permissão da melhor forma possível.»<sup>4</sup> A cena, por vezes, transforma-se em espectáculo. A dama real, banhando-se em 1742, prolonga o episódio em sequências sucessivas que serão seguidas pelos cortesãos: «M.<sup>me</sup> de Chateauroux obrigou o rei a assistir aos seus banhos e o príncipe levava consigo os cortesãos, mas entrava sozinho no salão, deixando-os no quarto, com a porta entreaberta enquanto ia conversando com eles. Quando M.<sup>me</sup> de Chateauroux saía do banho, metia-se na cama, jantava no quarto e toda a gente podia então entrar.»<sup>5</sup> Esta prática ostensiva prova, em primeiro lugar, o novo poder da favorita. Confirma também que o banho muda de estatuto em meados do século XVIII.

Alusões inéditas, enfim, nas cartas, nas memórias, em vários textos eruditos. As notações são ainda apressadas, mas já repetidas a partir de 1740, com o recurso ao exemplo real, pela primeira vez: «Quando o rei pretende tomar banho (...).»<sup>6</sup> As preocupações de Luís XIV foram esquecidas e ultrapassadas, embora persistam algumas precauções: o seu sucessor escolhe, por exemplo, «a água tirada da

corrente do Sena, preferindo-a à água conduzida pelos canos»<sup>7</sup>. Acredita-se que o líquido agitado do leito dos grandes rios conserva uma maior pureza. A água continua a ser uma matéria equívoca. Quer-se pura porque difusa. Ainda se acredita que ela penetra no corpo, trabalha os órgãos e as suas funções. E abala-o, multiplicando os efeitos mecânicos: «Insinua-se em cada um dos seus interstícios, cuja capacidade aumenta, dado o relaxamento proporcionado pela humidade.»<sup>8</sup> O corpo imerso é um corpo impregnado. O fluxo exerce mesmo uma tensão incontida: «A força com que a água se insinua nos poros é imensa. Ignoram-se os seus limites (...).»<sup>9</sup> Além disso, como antigamente, deixa os poros abertos e frágeis após a sua passagem. Logicamente, portanto, a acção do banho corre sempre o risco de ser alterante. Impõe-se alguma prudência: um purgante antes da imersão para evitar que a infiltração reforce as repleções; em seguida, cama e repouso, para melhor proteger o corpo e preservar da fadiga. Mas o medo da peste, das mais diversas doenças, das fraquezas obscuras, desapareceu por si só. Esquecido e sem objecto. E não só por as grandes epidemias de peste terem desaparecido. O próprio efeito das aberturas corporais parece não ter uma duração suficiente para ser realmente angustiante; como se o corpo tivesse à sua disposição muitas outras reacções para além desta abertura passiva. A imersão torna-se uma prática possível, tolerada, até mesmo familiar para alguns, como mostra o exemplo da marquesa de Châtelet. Muito lentamente, o banho instala-se nas classes superiores da sociedade do século XVIII.

Todavia, esta inovação não provoca nenhum abalo imediato na tradição. É fácil mostrar que, em meados do século, o banho ainda continua a estar pouco generalizado, mesmo entre a aristocracia. Em *L'Architecture française*, de J.-F. Blondel, que inventaria, em 1750, os planos de setenta e três casas particulares parisienses, apenas cinco possuem uma casa de banho<sup>10</sup>. Entre as vinte luxuosas mansões descritas por Marot na mesma época, duas possuem casa de banho<sup>11</sup>. Assim, em meados do século, em dez grandes mansões, menos de uma possuem um espaço reservado ao banho. Existem, com certeza, mais banheiras. A *Encyclopédie*, em 1751, fornece uma definição deste móvel e uma descrição que confirma o seu uso bem real. O objecto obedeceria mesmo a uma forma mais ou menos codificada: 4 pés e meio de comprimento por 2 e meio de largura e 26 polegadas de altura. Pode ser de cobre ou de madeira cintada. Já não é, portanto, redonda e a sua forma aproxima-se mais da actual<sup>12</sup>.

Mas a frequência das casas de banho existentes não é sistemática. Em Commercy, por exemplo, por ocasião das visitas da Luís XV, em 1755, a casa de banho foi o apartamento da marquesa de Boufflers<sup>13</sup>. A banheira foi coberta, dissimulada. O recinto, escapando às suas funções, foi decorado como local de habitação e de recepção. Foi aí que a marquesa ofereceu festas e jantares. Alguns episódios confirmam estas práticas fúteis. Ao descrever o casamento da filha com o duque de Havré, em 1762, o duque de Gröy aponta indirectamente um exemplo. O banho da filha assemelha-se ao do século XVII, reservado às grandes ocasiões da vida, aquele que, sobretudo na véspera de um casamento elegante, tinha por quadro o estabelecimento do banheiro. Assinalando explicitamente este banho, as memórias do duque confirmam a sua raridade. Porquê insistir se o banho fosse

para esta jovem uma simples banalidade? «Os dias 17, 18 e 19 passaram-se a fazer visitas, a minha filha foi purgada e tomou banho e preparou-se de corpo e alma.»<sup>14</sup> Quando, em 1769, Condorcet afirma tomar banho algumas vezes, Julie de Lespinasse não associa este gesto à higiene: «A sua saúde ressentir-se-ia ou é por gosto e por ter nascido sob o signo dos peixes que toma banho?»<sup>15</sup> Mais significativas ainda são certas cenas de recepção, de pausa, em viagem. Alguns anos mais tarde, Gauthier de Brecey, abandonando Paris para se dirigir à sua intendência provençal, passa a primeira noite em casa de um parente de Dijon. Nessa ocasião, evoca a higiene como uma necessidade, mas não o banho: «Cheguei a sua casa em traje de viagem. Necessitava de um pouco de higiene: ele ofereceu-me um quarto (...). Nesse quarto, acenderam uma boa fogueira na lareira prussiana. Pedi que me barbeassem, sentia uma grande necessidade de o fazer (...).»<sup>16</sup> Ao ocupar o seu lugar de secretário de um cardeal de Roma, em 1754, Casanova foi, por seu lado, objecto de uma recepção que o surpreendeu e encantou. Com água, desta vez, e também uma tina, mas não uma banheira: «Introduziram-me num apartamento de três divisões, cujo quarto de cama era forrado a damasco (...). Um criado trouxe-me um roupão leve, saiu e regressou logo a seguir acompanhado por um segundo que trazia roupa e uma grande tina cheia de água. Colocaram-na à minha frente, descalçaram-me e lavaram-me os pés.»<sup>17</sup> Tratou-se, sem dúvida, de um acto de higiene, mas não verdadeiramente de um banho.

Este gosto hesitante, incerto e simultaneamente presente, poderia explicar-se pela novidade de tal prática: as hesitações iniciais. Uma implantação até então inédita não é isenta de fragilidades. Deixa pairar «falhas», lentidões. O desencadeamento não pode conduzir a uma extensão geográfica e social imediata. É preciso tempo. O quarto de banho, a banheira, estariam reservados a alguns nobres antes de se difundirem insensivelmente, tornando-se comuns.

### *Um trabalho de sensibilidade*

Mas esta lentidão e estas hesitações têm também outras causas. Se o problema é mais complexo, é precisamente porque os efeitos mecânicos da água são múltiplos. O novo interesse pelo banho veio mesmo reforçá-los. O organismo agitado, embalado por esta água que lhe é estranha, começa por ser totalmente trabalhado por ela. A imersão corresponde a uma sucessão de acções cuja influência sobre o corpo está longe de ser unicamente a higiene. São mesmo, por vezes, muito mais determinantes. Em meados do século, estes efeitos continuam a dominar a imaginação. A água quente, a mais penetrante, exportando para todas as partes do organismo as suas influências emolientes; a água morna temperando as excitações, susceptível de apaziguar nervosismo e mal-estar durante os grandes calores; a água fria, por fim, suscitando contrações sucessivas, capaz, por sua vez, de fortalecer os músculos e revigorar. É precisamente quando a água parece melhor «aceite» que a multiplicidade destas acções é recordada como uma evidência. Durante muito tempo, conviverão este novo interesse pelo banho e a

insistência na variedade dos seus efeitos. A temperatura do líquido, em particular, será considerada determinante. Reforçar-se-ão as oposições: o banho regular contra o banho sazonal, por exemplo, e sobretudo o frio contra o quente, o vigor contra o langor. Opção tanto mais importante quanto a água é um meio subtil. É actuando sobre esta subtilidade que o calor pode, precisamente, variar os efeitos. Mas a água é também um meio de ondas e de choques, de mudanças e pressões. Cria um estado no corpo imerso. Investe com mais força do que um clima. Domina-o, envolvendo-o. A matéria não é neutra. Sendo assim, como conceber o banho para além de tais efeitos?

Estas operações físicas são tanto mais importantes quanto vêm acrescidas de um significado social. Aqueles que em primeiro lugar, em meados do século XVIII, se entregam aos calores da água não são os mesmos que, um ou dois decénios mais tarde, descobrem as virtudes do frio. Há toda uma prática requintada e lasciva que se opõe a uma prática austera, mesmo ascética. Um luxo, em todo o caso, que contrasta com a severidade que os métodos frios vão inventar. Torna-se sensível a divergência entre uma «moleza» toda ela aristocrática e um ascetismo de ambições conquistadoras. O luxo ostentativo contra os vigores ambiciosos<sup>18</sup>. Era preciso que a água fosse uma matéria activa para sugerir tais aplicações. Que fosse objecto de imagens turbulentas, dinâmicas. Imiscuindo-se nas referências da higiene, este imaginário torna, pois, estas mesmas referências mais opacas.

Os primeiros banhos do século XVIII, os das residências particulares, são banhos quentes aparentemente reservados à higiene. Mas a atenção dispensada a uma mecânica da água deixa já adivinhar uma maior complexidade. A distinção de Richelet, em 1728, sugere pequenas diferenças: «Os jovens tomam banho por prazer e os outros para manter a saúde.»<sup>19</sup> O prazer está, pois, em primeiro lugar. Quanto à relação com a saúde, talvez não esteja em causa a manutenção de pele. Talvez os efeitos dinâmicos da água sobre os órgãos pudessem ser mais importantes. De qualquer modo, a casa de banho é um luxo. Um luxo raro, evidentemente, mas deliberado. É como tal que deve ser entendido. Implica uma prática específica. Em todo o caso, em meados do século, não é a higiene a referência dominante.

Não há dúvidas de que valoriza a habitação do nobre. O conto publicado por Bastide, em 1753, *La Petite Maison*<sup>20</sup>, fornece-nos uma ilustração tanto mais interessante quanto inequívoca. Para seduzir Méliete, uma amiga reticente, o marquês de Frémicour propõe-lhe visitar a casa que acaba de construir nas margens do Sena, às portas de Paris. Hesitações, zombarias da jovem, que acaba por aceitar. E, inevitavelmente, inverte-se a situação. A visitante vai sendo conquistada à medida que atravessa as diferentes salas. A progressão do sentimento acompanha trivialmente a descoberta deste novo espaço. Não é a magnificência que prevalece, neste caso, mas a «comodidade» e a elegância das instalações. É mais o gosto do que a grandeza. O subtil e o útil mais do que o ostentativo: «Trata-se das comodidades que nos habituámos a idolatrar e que os nossos antecessores de certo modo desprezavam.»<sup>21</sup> Distribuição harmoniosa dos compartimentos, serviços múltiplos e ocultos, calculada profusão de quadros, gravuras, estuques e perfumes. Prestígio das técnicas, portanto, e requinte das

instalações. O progresso deve-se à comodidade e à estética. A sedução de Méliete tem origem neste duplo choque. Não é por acaso que a visita termina na casa de banho: «Ela caminhou e entrou sozinha numa nova sala, mais deliciosa do que tudo quanto até então vira (...). Este novo compartimento é uma casa de banho. O mármore, as porcelanas, as musselinas, nada lhe falta (...). Ao lado, um toucador cujos lambris foram pintados por Houet (...). Não me contenho, disse ela, é demasiado belo. Não há nada de comparável na terra.»<sup>22</sup> Asseio, estética e requinte cruzavam-se na mesma emoção.

A publicação do conto de Bastide, no jornal económico em 1753, confere ao texto todo o sentido. Cumprindo o projecto do jornal, criado em 1751, esta novela alia o tema da técnica ao da sensibilidade, o tema do luxo ao do progresso. Na verdade, são as propostas de Voltaire ou de Montesquieu que aqui são retomadas: o requinte das artes é condição do requinte dos sentidos. E o jornal económico encomenda os dois temas. Já que as artes, em vez de «amolecerem os povos»<sup>23</sup>, despertam a sensibilidade e servem a riqueza... Bastide prolonga esta tomada de consciência do século XVIII: as artes, ao atingirem os sentidos, também multiplicam os recursos. Dinamizam a indústria. O «supérfluo» está repleto de interesses económicos. O luxo determina o poder de uma nação. Com os seus prazeres, o Mundano de Voltaire «enriquece de facto um grande estado»<sup>24</sup>. São os seus desejos, os seus gostos, que solicitam os artifices e as manufacturas, antes de serem fortalecidos por eles. A velha rigidez moral pode, mais claramente do que dantes, ser abalada. O prazer, e por vezes «até mesmo a languidez»<sup>25</sup>, terão de ser reformulados. Este direito advém-lhes da nova e insistente referência à economia.

Nesta nova referência, também o banho ocupa um novo lugar. Em primeiro lugar, constitui um requinte suplementar para o mundano. É delicadeza dos sentidos e do gosto:

*Corre para o banho: os mais suaves perfumes  
Tornam a sua pele mais fresca e mais brilhante  
O prazer urge: voa para o encontro marcado.*<sup>26</sup>

Quando Casanova descreve o apartamento que lhe empresta, em Veneza, no ano de 1754, o embaixador de França para facilitar os seus encontros amorosos, ele vê na banheira de mármore, contígua ao «toucador preparado para a mãe dos amores»<sup>27</sup>, um luxo muito especial. Mas este luxo é muito orientado. Contém um erotismo, uma sensualidade, que afastam para segundo plano a imagem de qualquer razão funcional. O banho é um excedente, quase supérfluo, mas necessário. Não se trata de nenhuma prática elementar ou banal, já em meados do século XVIII. É a afirmação de um luxo em que domina o sensual. É ainda a mesma ambiguidade que está presente quando o Diabo de Le Sage permite que o estudante penetre sucessivamente em cada uma das casas de Madrid. Uma viagem social e cultural em poucas páginas. Uma única cena de banho neste conjunto de visitas. Mas muito significativa: «A outra parte da casa é habitada por uma bela dama que acaba de se banhar em leite e de recolher à cama. Esta voluptuosa pessoa é viúva (...).»<sup>28</sup> A delicadeza e a brancura da pele estão certamente na

origem destas práticas raras. Mas é o requinte voluptuoso que marca o comentário. E quando, pela primeira vez, em 1759, um texto sobre a arte da beleza é introduzido por um longo elogio do banho, o exemplo é retirado do imaginário contemporâneo do harém oriental. Conotações lascivas e espaços feminizados. Com o banho da odalisca, o prazer prevalece sempre de certo modo sobre o útil, e a perturbação dos sentidos prevalece sobre a higiene. O cenário do serralho, descrito pelo autor, designa a volúpia: o nácar, as pérolas, as plantas aromáticas, a própria banheira transformada em concha, criam mais do que um efeito de ambiente. Tais objectos designam em primeiro lugar um meio. Os gestos não se sobrepõem totalmente à lavagem. Criado por um imaginário de delicadezas e preciosidades, o banho não pode ser simples prática funcional. Esplendor das culturas requintadas, trabalha a sensação. Depois de tomar banho, a odalisca pode «entregar-se a um sono terno e voluptuoso»<sup>29</sup>. É simultaneamente sedução e languidez.

M.<sup>me</sup> de Genlis dirá mais tarde a que ponto esta prática visa um «estado» do corpo. As valências da água atingem imediatamente os sentidos, mistura de descontração e de ociosidade, culto do artifício, em todo o caso. O banho, em meados do século XVIII, toca a indolência requintada: «Os banhos foram uma necessidade nos países quentes e uma moda nos outros; nunca foram tão generalizados e tão conhecidos entre nós como nos últimos tempos. A preguiça e a ociosidade contribuíram muito para os estabelecer e manter. Os dias são tão compridos para quem não tem nada que fazer desde que se janta às seis horas (...).»<sup>30</sup> Mais do que nunca, o banho quente em casa dos nobres é uma prática de mulheres. Para além da referência à ociosidade e à feminilidade, a prática instala-se como um suplemento de prazer que o luxo autoriza.

E é precisamente este luxo que os primeiros arquitectos das casas de banho do século XVIII começam por explorar. Nem sempre destinam a sua criação a uma prática constante, nem mesmo regular. Os novos espaços são muitas vezes locais de refrescamento, de descontração. Trata-se de privilegiar a sombra, a humidade. As plantas e as ervas não estão longe. Se o local escolhido é o laranjal ou ala exposta ao norte, é porque o banho se destina aos dias de grande calor e menos aos dias frios. As atenções dedicadas à verdura, aos jardins pouco expostos, aos nichos escondidos, indica, como uma evidência, o período preferível do ano: «O fim a que estas instalações se destinam exige frescura e é por essa razão que se escolhe o piso inferior do edifício, ao abrigo de árvores e perto de fontes; para que, saindo de tais instalações, se possa respirar um pouco de ar fresco à sombra de uma agradável verdura.»<sup>31</sup> A casa de banho é feita explicitamente para o calor do Verão<sup>32</sup>. A mesma tonalidade, mais furtiva e certamente mais indirecta quando Diderot escreve às irmãs Volland, a 10 de Agosto de 1769: «Oh! Como está calor. Parece-me que as vejo às três em camisa de banho.»<sup>33</sup> É ao calor que a pena de Diderot associa tal prática. O banho ainda não parece ser suficientemente frequente nem familiar para ser independente do tempo e das estações. Uma insistente associação liga a imersão ao calor, à atmosfera ambiente. Esta imersão destina-se, em primeiro lugar, a criar um estado. E a mesma tonalidade, enfim, quando o príncipe de Ligne recorda os banhos tomados depois das suas leituras

na ilha sob o sol do seu parque. Espaço luxuoso imediatamente associado «ao ar fresco perfumado de todos os odores»<sup>34</sup>. *Le Médecin des dames*, em 1772, diz-nos o essencial sobre este tema. Prática sazonal, largamente elitista, vagamente sensual: «Os banhos preventivos, sensuais ou higiénicos não se administram no Inverno. A Primavera e o Verão são as estações mais favoráveis.»<sup>35</sup>

Prática múltipla, portanto, em que a higiene constitui um dos móveis. A agitação da água conduz ao domínio da impregnação do corpo e à intervenção sobre os seus estados. Tomar banho talvez seja, em primeiro lugar, sentir uma atmosfera, atravessar influências arrebatadoras, sentir uma sensação. Trata-se de uma troca de matérias e de um desdobramento de pressões. O banho alerta o sistema «impressivo». É a sensibilidade quase interna do corpo que parece estar em jogo. Prática de luxo, em todo o caso, muito pouco partilhada em meados do século XVIII. Mas prática suficientemente importante, enfim, para dar origem, quase ao mesmo tempo, a novas iniciativas.

Em 1761 foi construído junto ao Sena um primeiro estabelecimento completamente diferente do estabelecimento do banheiro: banhos quentes que aspiram a água do rio para alimentar pequenas cabinas distribuídas por ambos os lados de um barco. A localização das cabinas é nova, feita para facilitar a circulação dos fluxos. Quanto ao projecto, é simultaneamente terapêutico e higiénico: «Vejo constantemente doentes aliviados e curados depois de recorrerem a um banho; os banhos contribuem também para manter a saúde.»<sup>36</sup> Com aprovação da Faculdade de Medicina, publicação de diversos avisos, os banhos Poitevin, beneficiando de um «privilegio exclusivo»<sup>37</sup>, são os únicos do género até 1783<sup>38</sup>. Luxuosos (um banho custa três libras, em 1761, enquanto o salário diário de um artífice é, na mesma data, meia libra e o de um jornaleiro aproximadamente um quarto de libra)<sup>39</sup>, são concebidos para um público ainda raro. O que confirma o carácter elitista do banho quente. Mas, acima de tudo, o estabelecimento hesita entre a instituição termal e a instituição de higiene. Poitevin repete várias vezes que é preciso «proporcionar aos ricos uma ocasião de se curarem mais rapidamente do que se fossem obrigados a ir procurar longe da pátria o necessário auxílio»<sup>40</sup>. Insiste também, deleitado, nos duches concebidos para multiplicar os efeitos mecânicos: «As curas efectuam-se deslocando por uma força superior os humores estranhos que formam obstruções nas membranas dolorosas e nos músculos abalados pela sua presença.»<sup>41</sup> Definitivamente, é o termalismo que domina. O estabelecimento é, pela sua forma, o precursor dos banhos do século XIX. Não o é, realmente, pela sua prática.

Por fim, o novo interesse pelo banho traduz-se em meados do século XVIII por um brusco aumento das monografias médicas a seu respeito. O problema suscitado pela Academia de Dijon, em 1755 («as virtudes do banho aquoso simples»<sup>42</sup>), confirma a importância do tema. A prática conhece, portanto, a sua vertente teórica. E os primeiros textos insistem, sem hesitações, na influência dos abalos causados no interior dos órgãos. Domina a atenção prestada aos fenómenos de sensibilidade. O organismo é embalado pelo banho enquanto se deixa atingir por ele: «A água quente excita uma suave sensação da pele que banha: a faculdade sensitiva descontrai deleitadamente o sistema carnudo.»<sup>43</sup> A principal intenção é

a descrição. Trata-se de reconstituir um estado. O banho quente é essencialmente «deleitável», pois apreende os sentidos pela sua própria matéria: «Esta suave descontração que causa uma espécie de leite na pele, passando daí para todo o sistema nervoso; torna o banho repousante. Daí nasce a disposição para o sono.»<sup>44</sup> Examinando bem, é mais uma vez a lógica dos fluxos e dos choques que se impõe. E quando Guillard, em 1749, procura, numa frase, legitimar o banho para o seu «feliz cidadão», os fenómenos internos prevalecem sistematicamente. Uma vez transposta a descrição dos estados, o interesse centra-se nos mecanismos profundos desencadeados pelo banho. O texto é revelador porque marca a renovação do banho e começa já a delinear a nova higiene, mantendo-se largamente centrado na física dos órgãos: «Banha-se e esfrega-se com óleo para manter a flexibilidade dos nervos para facilitar a transpiração, para impedir que os humores se fixem demasiadamente em qualquer parte do corpo causando dores agudas muitas vezes mortais, o que teria sido fácil de evitar.»<sup>45</sup> O banho quente alivia porque faz circular os humores. É esta a sua principal virtude.

#### As «comodidades»

Outras práticas da água, fisicamente mais limitadas, testemunham, por outro lado, uma transformação, sem dúvida mais profunda, da higiene da *élite* no segundo terço do século XVIII. Sobretudo a partir de 1740, surge um objecto inédito, referenciável nos inventários nobres e nas contas dos grandes ebanistas: chama-se «cadeira de abluções» ou já então «bidé». O seu uso inicia-se um pouco antes de 1730. Um dia, em 1726, Argenson é recebido por M.<sup>me</sup> de Prie, ocupada na sua higiene. Troca de banalidades e amabilidades. Uma cena comum. Ora, M.<sup>me</sup> de Prie senta-se bruscamente «no seu bidé»<sup>46</sup>, esboçando uma ablução íntima. Argenson faz menção de se retirar. M.<sup>me</sup> de Prie insiste. A cena traduz alguma afectação. O gesto surpreende pelo prosaísmo. Mas, neste caso, o que nos interessa é a data. Nenhum rasto de tal objecto no inventário de Malmaison, por exemplo, em 1713, embora já se encontre presente em 1750<sup>47</sup>. Em 1739, Remy Pèverie, marceneiro-torneiro da Rue aux Ours, onde uma tabuleta anunciava La Belle Teste, cria estranhos bidés duplos, de costas comuns<sup>48</sup>. O utensílio denota, durante muito tempo, distinção social. Geralmente composto por uma base de madeira e uma bacia de estanho ou porcelana, o seu aspecto é na maior parte das vezes trabalhado e luxuoso. As costas e a tampa que encobre a bacia transformam-no num assento, por vezes referenciável nos quartos da nobreza. O que Duvaux fabrica, em Agosto de 1751, para M.<sup>me</sup> de Pompadour, é característico na sua preciosidade: «Um bidé de espaldar com aplicações de pau-rosa em forma de flores e pés e ornamentos de bronze dourado.»<sup>49</sup> O de M.<sup>me</sup> de Talmont, de Saint-Germain-en-Laye é igualmente característico: feito «de cerejeira com incrustações de madeira de amaranto e tampo forrado de marroquim vermelho aplicado com pregos dourados»<sup>50</sup>. Alguns destes requintados objectos possuem frascos de cristal incorporados no espaldar. Quando, em 1762, J.-B. Dulin constrói um bidé de metal com pés desmontáveis para poder ser transportado em viagem, está



indirectamente a dar-nos conta da importância de que este objecto começa a revestir-se<sup>51</sup>. A sua utilização não é exclusivamente feminina: cadeira de retrete e bidé, por exemplo, fazem parte do guarda-roupa do Sr. de Hérault, e também do encarregado das latrinas no inventário do castelo de Montgeofroy, em 1775<sup>52</sup>. Cadeira de retrete e bidé também no guarda-roupa do príncipe de Condé e de sua mulher, no inventário do Palais-Bourbon, em 1779<sup>53</sup>.

As gravuras de G. de Saint-Aubin traduzem bem este luxo particular. *Les Papillonneries humaines* (1770) permitem ilustrar uma profusão de situações sociais animando borboletas de formas graciosas e antropomorfas: jogo de imagens e testemunho de costumes. A cena de tocador é das grandes residências nobres: mobiliário requintado, tecidos luxuosos, criada atenta e afadigada. Um «ser» deixando-se pentear numa pose descontraída. O conjunto dos instrumentos usados em meados do século ornamentam o local: espelho cinzelado, lenços bordados, mesas cobertas de rendas, caixas de formas delicadas protegendo os frascos e, por fim, o bidé, oculto por um biombo pintado<sup>54</sup>.

Contudo, o bidé continua a ser um objecto muito raro, que, em meados do século, quase não se encontra no universo burguês. A casa de J.-L. Tamisier, por exemplo, negociante morto em 1767, em Apt, com mais de cem mil libras de rendas, não possui nenhum<sup>55</sup>. No entanto, o proprietário é apreciador do luxo: possui mais de sessenta camisas finas e bordadas. O guarda-roupa de M.<sup>me</sup> Tamisier, situado no primeiro andar, inclui um móvel de tocador onde se dispõem espelhos, cremes e frascos de perfumes. De facto, nada indica, neste quadro, que a higiene do século XVII se tenha modificado, embora o «tocador» se apresente agora como uma mesa específica com o seu arsenal de espelhos, gavetas e perfumes<sup>56</sup>. O inventário fornece todos os sinais desta higiene «clássica»: qualidade e quantidade da roupa, objectos que realçam a atenção dedicada à forma aparente e ao perfume. Também a habitação de Rousseau, em Montmorency, ignora ainda o novo móvel, em 1758<sup>57</sup>. Ausência idêntica, por fim, no apartamento de Collin, intendente de M.<sup>me</sup> de Pompadour, quando esta morre, em 1764<sup>58</sup>. O local onde o bidé é colocado nos diversos castelos é, de resto, só por si significativo: em meados do século, e durante alguns decénios, a presença do bidé é exclusiva do quarto ou do guarda-roupa dos amos. É o caso da Malmaison, em 1750<sup>59</sup> e de Montgeofroy, em 1775<sup>60</sup>.

Sinal mais ou menos aparente de distinção, a existência do bidé pressupõe uma prática de higiene mais íntima, modificando gestos e atenções. O aparecimento deste móvel merece tanto mais interesse quanto não foi precedido nem acompanhado de nenhuma modificação dos manuais de higiene, e menos ainda dos manuais de civilidade, donde era retirado o essencial das suas normas. Só a partir de 1760, por exemplo, certos textos começaram a evocar uma higiene sectorial, de acordo com as partes do corpo. O tratado de Jacquin (1762) é de certo modo eufémico. Aponta a ablução local. Refere-se às zonas «secretas» do corpo. Mas ainda é impossível reconhecer um gesto preciso. O princípio da ablução não transpõe a generalidade: «A higiene exige que se lavem frequentemente certas partes do corpo, sobretudo aquelas em que o suor, ao permanecer, produz um odor desagradável. A delicadeza está pelo menos tão presente como a saúde.»<sup>61</sup> *Le*

*Conservateur de la santé* (1763), pelo contrário, nomeia muito conscienciosamente estas partes. Insiste nos odores, nos calores. Descreve os «riscos» corridos por quem não lava todas estas superfícies «particulares» e dissimuladas: «Se o suor ou a transpiração permanecerem nestas partes (axilas, virilhas, região do púbis, partes genitais, períneo, região entre-nádegas), o calor exalta-os e, para além do mau odor que se espalha pelo ambiente, uma parte destas exalações, e da matéria transformada, é retomada pelos vasos absorventes e transportada pela circulação, onde é prejudicial, expondo os humores à putrefacção.»<sup>62</sup> Imagem monótona do corpo que absorve (neste caso é o suor que pode «refluir» para os poros), mas uso da água para conservar as partes do corpo: é preciso limpá-las regularmente com uma esponja húmida, propõe *Le Médecin des dames*, em 1772; algumas destas partes devem ser mesmo lavadas: «Cuidar das partes naturais é uma necessidade indispensável. Devem ser lavadas todos os dias com água aromatizada por meio de plantas ou de águas espirituosas.»<sup>63</sup> A insistência na higiene feminina é pela primeira vez muito explícita. O uso do bidé precede estes textos. Na verdade, é contemporâneo de outra transformação, mais importante por atingir os espaços e as intimidades: a dos aposentos de comodidade.

O que diferencia, por exemplo, o modelo dos grandes palacetes de Blondel em 1737<sup>64</sup>, ou em 1752<sup>65</sup>, do dos palacetes de Le Muet um século antes<sup>66</sup>, é uma divisão mais recolhida entre diversas partes da habitação: os aposentos de convívio e bem-estar, onde se desenrola o essencial da sociabilidade nobre, organizam-se nas zonas mais retiradas, destinadas aos gestos mais familiares<sup>67</sup>. Os quartos anexam dependências cuja função é específica: gabinetes diversos, pequenos e grandes, caracterizados pelas respectivas funções («aquecimento», «biblioteca», «tocador», «guarda-roupa», etc.). As divisões das grandes residências do século XVII, muitas vezes polivalentes, apresentam um século mais tarde espaços anexos. Quando Michel de La Jonchère transforma a Malmaison, em 1737<sup>68</sup>, multiplica os pequenos gabinetes, os «guarda-roupas», numa residência que até então só tinha quartos de passagem ou antecâmaras. Os reordenamentos efectuados no palácio de La Vrillière, em 1752, no palácio do barão de Thiers, em 1747, ou no palácio de Armini, em 1748<sup>69</sup>, vão no mesmo sentido. O quarto não perde nada do seu «alinhamento»; continua a integrar-se nos conjuntos monumentais. Mas à sua volta, e até ao quarto que se segue, surgem outras instalações. No palácio de La Vrillière, os quartos das alas possuem um tocador, um guarda-roupa e um quarto de arrumações<sup>70</sup>. No palácio de Belle-Isle, construído por Bruant, na Rua de Bourbon, em 1721, os mesmos quartos compreendem um tocador, um guarda-roupa e uma latrina privada<sup>71</sup>. Comparando as construções do século XVII com as do seu tempo, Blondel insiste na «falta de guarda-roupas» e das «comodidades que caracterizavam as primeiras»<sup>72</sup>. No fim do século XVII, por exemplo, ainda não existe nenhum local destinado à «higiene» de M.<sup>me</sup> de Maintenon, que dorme num quarto onde o rei continua a conversar com os ministros. As aias vêm «despi-la»<sup>73</sup> junto à cama. Em seguida, ajudam-na a deitar-se nessa mesma cama, isolada apenas pelos pesados cortinados. Ora, é precisamente no que respeita à intimidade que se observam mudanças nos grandes palacetes, a partir de 1730. Estabelece-se a diferença entre quarto de reuniões e

quarto privado. É em benefício da intimidade que se cria o toucador, compartimento suficientemente específico para que, na década de 1760, se vendam mobílias completas de toucador, com lambris e tectos em tela pintada<sup>74</sup>.

Estes luxuosos palacetes do segundo terço do século XVIII não vieram, contudo, transformar todas as relações individuais. Os aposentos dos donos da casa continuam separados e distantes. Os laços familiares não se estreitam necessariamente. Homem e mulher continuam, na maior parte das vezes, a apropriar-se de alas diferentes do palacete<sup>75</sup>. Este espaço orientado para os quartos de convívio e reuniões ainda não implica com a intimidade familiar. A sua real novidade consiste em determinar uma maior intimidade pessoal. Ao especializarem-se, os diversos gabinetes multiplicam os serviços particulares. O indivíduo ocupa o seu tempo de forma diferente. Os seus gestos são menos directamente orientados para o espectáculo. Tornam-se possíveis outros tipos de relações íntimas. Trata-se de uma privatização que atinge directamente a própria existência da nobreza.

A bem dizer, entrecruzam-se vários modelos. Os da aristocracia tradicional, obviamente, e os da grande burguesia financeira, transpondo para o espaço nobre uma dinâmica de privacidade que este não conhecia. O palacete dos anos 1730, o de um cobrador-geral das Finanças como o de Meulan<sup>76</sup> ou o de um ministro como Rouillé<sup>77</sup>, inspira-se em referências da corte, ao mesmo tempo que as modifica. A ostentação cede perante um luxo menos demonstrativo. Aumenta o espaço reservado às funções anónimas. Comodidades, toucadores e guarda-roupas já não se destinam unicamente ao espectáculo. O homem particular ordena um espaço que ainda não existia. Nada é mais urgente para esta *élite* financeira do que o enobrecimento e a imitação do homem da corte, nada é mais inevitável também do que uma inflexão recíproca dos seus valores: «Assim, enquanto o prazer dos nobres tende a privatizar-se, o homem comum, novo-rico, procura dissimular as suas origens aristocratizando a sua maneira de viver.»<sup>78</sup> O palacete de Évreux, cuja transformação foi efectuada por Lassurance, em 1752, a pedido de M.<sup>me</sup> de Pompadour, e o palacete de Armini, pertencente ao financeiro de Meulan, acabam por se assemelhar<sup>79</sup>.

É desta privacidade que parecem ter nascido as «latrinas privadas»<sup>80</sup> de que os luxuosos palacetes parisienses dão o exemplo, a partir do segundo terço do século XVIII. As latrinas à inglesa, testemunhos evidentes de luxo, são por si só significativas. Transformam o uso da cadeira de retrete criando um espaço fixo e privado para as funções naturais. Recorrem às primeiras «mecânicas» do conforto: uma válvula, por exemplo, destinada a obstruir o buraco da cadeira de retrete para evitar a expansão dos odores. Locais específicos para funções íntimas: um espaço constituído para o futuro<sup>81</sup>. A retrete privada anuncia, por seu lado, uma nova higiene: local, sem dúvida, mas que escapa aos olhares e torna insuficiente a atenção dedicada apenas à roupa. Prática inédita e sobretudo secreta: o local conta tanto como o comportamento. É para além de qualquer teoria, enfim, que se elabora esta série de gestos centrados, mais do que anteriormente, na sensação e na relação consigo mesmo. Esboça-se a lavagem íntima. O espaço privado favorece o seu aparecimento. Objectos precisos indicam a

sua presença. O bidé é o exemplo tipo destas inovações, mas também as bacias e os jarros de porcelana que ornamentam estes locais privatizados<sup>82</sup>.

Importante por ordenar um dispositivo íntimo com as suas várias higiènes parciais, nem por isso esta transformação deixa de ser muito circunscrita. Não só porque se limita a alguns privilegiados, mas também porque ainda não se libertou claramente das referências tradicionais da aparência e da conveniência. O facto da «higiene» poder constituir, ainda por muito tempo, um espectáculo, evidencia bem que o seu momento essencial continua a ser a metamorfose orquestrada pelo penteado e os cuidados da pele do rosto. O imaginário do visível não se alterou. O duque de Gröy, ao assistir à higiene de M.<sup>me</sup> de Pompadour, sente-se fascinado tanto pelo efeito estético como pela proximidade, de resto institucional, que tal situação permite: «Não pode haver nada mais bonito.»<sup>83</sup> A encenação é criada para ser vista. A higiene é, em primeiro lugar, essa transfiguração paciente da aparência. Capta o efeito visual. Uma higiene íntima, discreta e pouco comentada conduz certamente a outras vias. Mas esta higiene continua a ser prisioneira do trabalho clássico sobre a aparência. A sua razão de ser essencial ainda continua a ser a ostentação. Ora, a renovação vai precisamente num sentido diferente. É ao tornar-se mais «funcional», ao encontrar, por exemplo, outras legitimidades, como a da saúde e do vigor, em particular, e sobretudo as imagens mecânicas de que a água é portadora, que a higiene vai mudar de sentido.

Um dos paradoxos reside no facto de uma parte das transformações futuras passar pela contestação do «luxo», ainda dominante; uma higiene que se vai afirmar contra os valores da aparência e que não carecerá, é preciso que se diga, de conotações sociais.

## O FRIO E OS NOVOS VIGORES

Quartos de banho, banheiras e toucadores provam que o uso da água começa lentamente a mudar em meados do século XVIII. Trata-se, sem dúvida, de uma nova higiene, pelo menos para os privilegiados. Mas abrange um público extremamente limitado, e é muito irregular. E, acima de tudo, esta higiene é alusiva, mesmo confusa; a água, só por si, não corresponde, como é evidente, à água dos nossos dias. A temperatura, as infiltrações, as pressões acentuam a sua originalidade. É uma substância activa, um meio dinâmico, actuando sobre o corpo e atravessando-o antes mesmo de o lavar. Abala as fisiologias, veicula energias secretas.

De resto, a atenção dedicada a toda a sua mecânica não se esgota na temperatura e na penetração. Neste registo, muitos outros efeitos podem ser imaginados. Há outras imagens possíveis. Muitos choques e comoções, por exemplo, parecem encontrar-se de reserva na massa física da água. A mecânica não carece de recursos. Ora, é para ela que se orientam as curiosidades e as sugestões. Agitação de partes, abalos e movimentos internos, permanecem em primeiro plano. Há uma imagem, em particular, que vai desempenhar um papel tanto mais importante quanto concilia várias seduções: a dos abalos produzidos pela água fria. Simples verificação em primeiro lugar: o frio contrai o corpo. E, em seguida, especulação sobre as consequências: estas contracções podem ter efeitos terapêuticos actuando sobre os humores; podem ter efeitos quase morais actuando sobre as energias. Mais uma vez, imiscuem-se na higiene preocupações que a ultrapassam. O frio do líquido torna-se mais importante do que qualquer outra qualidade. E o primeiro olhar vai para os movimentos internos que este contacto deverá desencadear. Para muitos, o banho e o uso da água vão ser dominados, na segunda metade do século XVIII, pela exigência do frio: «Não torna os homens mais fortes e mais robustos?»<sup>1</sup> O tema raramente corresponde a uma prática bem circunstanciada, mas ocupa um lugar evidente na teoria e nos discursos.

Tais especulações exigem a transformação de muitas outras referências. Por exemplo, é necessária toda uma nova confiança nas reacções do corpo: um líquido



tão pouco acolhedor como a água fria não deverá submeter o organismo a um «mal» aparente para em seguida o reforçar melhor? Esta água, que seduz uma nova categoria de higienistas, a partir da segunda metade do século XVIII, exige, de facto, um longo percurso teórico e cultural.

### *O imaginário do banho frio*

Numa primeira fase, antes de 1750, o interesse parece ser exclusivamente terapêutico. Curas curiosas e histórias edificantes: a de um capuchinho, por exemplo, que tinha fama de restituir a vida a corpos agonizantes após algumas aplicações de água gelada. As convulsões artificiais contribuíam para a renovação das forças, a morte recuava perante os impulsos da vida. O *Mercure* de 1724 descreve as manipulações deste bravo eclesiástico; chamado à cabeceira de um moribundo, recorre valentemente às compressas mais geladas: «Aplicou-lhe toalhas embebidas em gelo; a morte continuava a zombar do bom capuchinho e apoderava-se do paciente. Por fim, num tom de cólera, o capuchinho encomendou oito libras de gelo num só pedaço e esfregou o estômago e o ventre do doente: meu Deus, a morte abandonou o doente, que se desobstruiu por cima e por baixo, abriu os olhos, reconheceu toda a gente e bebeu água a seu contento.»<sup>2</sup> Esta mecânica das reacções pertence às curiosidades pré-científicas. Muita complacência, como é evidente, na história do *Mercure* e uma atracção mal dissimulada pelo extravagante. A natureza surpreende. O seu desafio seduz a razão. Os gabinetes de física do início do século XVIII com os seus ensaios e prodígios vagamente experimentados já não estão longe. As curas deste género vão, em todo o caso, divulgar-se.

É nelas que se insere o gesto do duque de La Force, ao salvar um infeliz de uma insolação mortal. Dois viajantes vindos de longe atravessam as suas terras num dia de grande calor. O ar está escaldante. Eles não resistem. Um dos homens morre a alguns hectómetros do duque. O outro cai a seus pés. O duque de La Force ordena que o doente seja mergulhado no regato que corre mais abaixo. Instala-o numa cama, tapa-o com um cobertor e espera: «O paciente volta a si e, depois de ter repousado durante toda a noite, ressuscitando, por assim dizer, sente-se muito bem.»<sup>3</sup> A frescura do regato desencadeou o retorno à vida. Noguez, que relata os factos em 1730, acrescenta desta vez uma explicação: o frio tempera. Compensa as agitações excessivas e contrai os vasos perigosamente dilatados. Por fim, reforça as partes, comprimindo-as: «A frescura da água e o seu peso moderam e interrompem esses movimentos prodigiosos, comprimindo os vasos e restabelecendo o tónus.»<sup>4</sup> A explicação vai generalizar-se, diversificar-se, aplicar-se a diversos males. A terapia ganha em variedade. Contraindo o corpo nas suas zonas profundas (ou procurando fazê-lo), o frio faz emergir imagens de circulação de humores, de evacuações de vísceras, e também de redução de tumores. Actua sobre os «sólidos» e sobre os fluxos. Com o frio, os volumes retraem-se, comprimidos pela pressão. Os órgãos crispam-se e activam-se. Por fim, a sua deformação brusca pode ser dirigida: «Não pode empregar-se nenhum meio mais

eficaz do que o frio quando se trata de dissolver o sangue ou de evacuar algumas matérias glutinosas presas às paredes dos vasos; quando se pretende limpar as glândulas e obter uma filtração mais abundante dos espíritos animais ou escoá-los com mais rapidez para os nervos, quando é preciso provocar urinas ou eliminar obstruções do fígado, do baço, etc. (...)»<sup>5</sup> A terapêutica explora uma série de imagens: conflito entre o que descontrai e o que comprime, entre o que amolece e o que endurece. O papel do frio, neste caso, não surpreende: «Fortalece e comprime as fibras daqueles que as têm demasiado fracas.»<sup>6</sup> O banho frio comanda, assim, o movimento dos fluidos e dos sólidos. Em 1763, Pomme imerge os seus doentes atingidos de afecções flatosas. Por meio do frio, pretende lutar contra a moleza, «restabelecer a força dos sólidos»<sup>7</sup>. Ao aplicar sem hesitações a lógica do endurecimento, Pomme, por vezes, obstina-se. Prolonga o banho até oito horas por dia. Os doentes lânguidos passam o dia dentro de água gelada. Nenhuma relação com as anteriores precauções. A rotura é tanto mais importante quanto a tradição privilegiava o calor: até então, era o calor que ajudava a «expulsar» os humores.

Mas o interesse pelo banho frio ultrapassa em muito estas novas curas. O banho frio não é apenas, no século XVIII, uma técnica para terapeutas contrários à tradição, torna-se também uma técnica para higienistas descontentes. As fibras comprimidas e fortalecidas não são susceptíveis de reforçar tanto os corpos doentes como os corpos saudáveis? Já que é o código dos vigores e das resistências que está directamente em causa, a saúde está-o também, por sua vez. Pela primeira vez, o banho desempenha um papel explicitamente higiénico, de resto menos por limpar do que por fortalecer. Prestígio das mecânicas da água. É a acção sobre a máquina orgânica que conta, antes mesmo da acção sobre a limpeza da pele. Muitos textos de higiene, na segunda metade do século XVIII, sugerem dificuldades em cadeia. Prometem um universo de firmeza física. A água continua a ser confrontada com os funcionamentos do corpo. A sua frieza consolida: «Atribuem-se ao banho frio vantagens consideráveis: a impressão súbita do frio no corpo comprime imediatamente as partes exteriores e as que lhe ficam mais próximas; por este meio, as vibrações das fibras tornam-se mais tensas e o sangue e os espíritos circulam com mais velocidade. É por isso que os banhos frios são bons para atenuar o sangue, para o tornar mais fluido, para despertar os espíritos animais e os fazer circular com mais rapidez (...), para facilitar a digestão, para despertar o apetite; por fim, para tornar o corpo ágil e vigoroso.»<sup>8</sup> Filamentos e fibras endurecem, tensos e comprimidos. É toda a estrutura «dura» do corpo que assim se contrai e, por conseguinte, se consolida. Os livros de saúde, anteriormente dominados pela atenção ao «regime» (de resto essencialmente alimentar), insistem cada vez mais nas virtudes estimulantes do frio: a água fria e também o vestuário leve devem favorecer tensões e reacções musculares repetidas. Sem ela «a energia das fibras será menor e o tecido celular relaxar-se-á»<sup>9</sup>.

Certas práticas já existentes alteram, por sua vez, o seu significado. O banho nos rios, por exemplo, até então reservado ao lazer ou a certas curas isoladas, é entendido, na segunda metade do século XVIII, como instrumento de saúde. É exercício fortalecedor, técnica revigorante. E os raros banhos parisienses,

grosseiramente instalados junto de barcos munidos de escadas<sup>10</sup>, são objecto de novas atenções. São citados, descritos, mesmo recomendados. As *Descriptions de Paris* ou os *Guides des voyageurs* que, até então, ignoravam tais locais, indicam agora a sua localização, arriscando mesmo alguns comentários. Jèze, por exemplo, cuja obra *État de Paris* é reeditada quase anualmente entre 1754 e 1765, adopta o argumento dos higienistas. Tais banhos não podem deixar de ser «os mais saudáveis»<sup>11</sup>, mesmo quando as instalações parecem rústicas: «Os locais chamados banhos são compostos por um barco coberto por um toldo junto do qual se encontram implantadas no rio cerca de vinte estacas num recinto de cerca de 12 toesas de comprimento por 2 toesas de largura, ligadas por pranchas e também cobertas por um toldo. Desce-se por uma escada.»<sup>12</sup> O espaço é restrito e limitado. Nenhum luxo, apenas a presença de uma acção tonificante.

É sobretudo depois de 1760 que começa a circular entre os higienistas uma imagem fixa e monótona: «O banho frio, pela condensação dos sólidos, dá-lhes vigor, fortalece-os.»<sup>13</sup> Os organismos são submetidos à regra dos aços temperados. As fibras são a sua focalização. Os seus «movimentos convulsivos»<sup>14</sup> provocam endurecimento. A sua evocação repetida ilustra, de resto, o abandono definitivo de uma medicina dos humores mesmo quando a acção dos sólidos não ultrapassa o limiar das físicas elementares<sup>15</sup>. Por fim, quando Maret insiste em quantificar a retracção de um pedaço de pele animal sob a acção da água fria<sup>16</sup> ou quando outros mergulham nos rios para medirem a aceleração do pulso ou descreverem algumas das suas reacções físicas<sup>17</sup>, estamos perante factos que ultrapassam a vaga curiosidade.

Estas ambições científicas não teriam, no entanto, nenhuma importância se se limitassem a simples imagens fisiológicas. Mas está em jogo um interesse cultural. Os textos continuam a não se aventurar pela mecânica das fibras. A água fria é sobretudo matéria austera. A prática do banho frio é sobretudo prática ascética. O endurecimento é tanto moral como físico. E este endurecimento, por fim, é mais intuitivo do que realmente explícito. Trata-se de mobilizar a energia, de realçar a firmeza.

Tronchin, por exemplo, o médico dos enciclopedistas, seguido por alguns nas suas influências genovesas, não enumera os pormenores do funcionamento orgânico. Ele faz do banho frio um tema quase moral: «Enquanto os Romanos, ao saírem do Campo de Marte, se lançaram ao rio Tibre, foram senhores do mundo. Mas os banhos quentes de Agripa e de Nero tornaram-nos progressivamente escravos (...). Os senadores da antiga Roma tiveram toda a razão ao oporem-se às termas, mas o bando dos poderosos, contaminado pelo luxo asiático, venceu a resistência e a virtude dos senadores.»<sup>18</sup> Tronchin também recomendou, sem hesitações, longas curas de banhos frios, pois o calor não podia deixar de «amolecer». O seu argumento é ético: a moleza opõe-se à virtude e a fraqueza física à força moral. A fisiologia, por fim, cede perante a referência antiga. É a *Vie des hommes illustres*<sup>19</sup> com a celebração de virtudes primitivas. Roma não se deixou perder por uma juventude «desdenhosa dos banhos de água fria, abandonada à moleza, assemelhando-se aos nossos pequenos senhores por ter desprezado os exercícios físicos que constituíram a sua força e a sua virtude»<sup>20</sup>?

O selvagem desempenha o mesmo papel nesta série de textos. Ele também possui as suas propedêuticas vigorosas: «Os habitantes do istmo da América mergulham na água fria quando estão a suar, e a sua saúde não se ressentiu.»<sup>21</sup> Os relatos de viagens constituem, neste aspecto, uma vasta referência. O selvagem nem sempre é idealizado, mas torna-se muitas vezes um exemplo de costumes rudes e robustez física. Os banhos tomados nos riachos da região do Amazonas ou do Canadá ilustram directamente uma energia e uma resistência que é preciso transpor: «Sei perfeitamente que os Índios da América mergulham os filhos nos rios logo à nascença.»<sup>22</sup>

É sem dúvida Rousseau quem melhor nos transmite o essencial destas referências voluntaristas. Os Romanos e os Espartanos de Plutarco, os Índios de La Hontan e de Le Beau<sup>23</sup> traduzem outros tantos exemplos de costumes rústicos; as suas práticas outros tantos exemplos de forças. E, sobretudo, tornam-se claramente instrumentos polémicos: «Muitos povos lavam os recém-nascidos nos rios ou no mar sem preocupações. Mas os nossos, já amolecidos antes de nascerem pela moleza dos pais e das mães, já vêm ao mundo com um temperamento viciado.»<sup>24</sup> A referência do herói antigo e do selvagem são intermutáveis. A água fria, enfim, é explorada até ao símbolo, o da água que torna invulnerável. A imagem do Estige vem aumentar as alusões culturais e simbólicas, com os seus velhos modelos aquileus sobrecarregando as leituras de colégios. Todos estes novos higienistas se recordam das suas humanidades clássicas e as exploram à sua maneira: «Endureçam o corpo (...). Mergulhem-no nas águas do Estige.»<sup>25</sup> Emílio lavar-se-á, portanto, num líquido cada vez mais frio até se habituar a uma água «mesmo gelada»<sup>26</sup>.

Esta idealização do vigor não deixa de ter uma função social: o cidadão antigo contra a vítima presente do despotismo, os hábitos «simples» contra a «corrupção», a regeneração contra a decadência. A crítica da moleza é também a crítica de uma cidade: «Já não temos cidadãos.»<sup>27</sup> E os costumes rudes compensam o estiolamento dos «pequenos anos». Estes Romanos e estes selvagens esboçam um «futuro» de liberdade e de força. Opõem-se ao luxo aristocrático transformado em «enfraquecimento» e opõem-se a um poder arbitrário implicitamente denunciado. Desempenham muito simplesmente um papel de contra-exemplo. É esta crítica que muitos discursos vão utilizar a partir de 1789. A Antiguidade promovida a modelo e liberdade: «Se imitarmos estes povos livres (...).»<sup>28</sup> A Antiguidade também como modelo de vigor, devendo a educação, neste caso, encarregar-se do endurecimento: «Quero lutas, jogos, exercícios, corridas, movimento, em vez de livros e lições.»<sup>29</sup>

A frugalidade contra o luxo, a energia contra o estiolamento são referências codificadas. Enfraquecimento, delicadeza, efeminização reflectem o artifício aristocrático. O seu sentido é evidentemente social. E é este sentido que torna o banho frio rigorosamente inverso do banho tomado nos palacetes da nobreza. Este, com o seu calor «entanguecedor», torna-se para a burguesia esclarecida um sinal de aviltamento. E a «sua origem no nosso gosto pela moleza, consequência necessária do luxo que atinge todos os Estados»<sup>30</sup>. Privilégio inútil e perigoso, o banho quente é recusado como um comportamento de classe decadente. É tam-

bém símbolo: o «excesso» que altera e amolece. Faz muito simplesmente «degenerar a natureza»<sup>31</sup>, instaurando uma inútil ternura nos costumes. A jovem ociosa submersa em «vapores» sobre a qual Mercier ironiza, que «se arrasta da banheira para o toucador e do toucador para a banheira»<sup>32</sup>, representa uma ociosidade absolutamente aristocrática. Também «as pessoas delicadas que se deixam estar durante algumas horas num banho de água quente e que pagam quase sempre a sua constância com dores de costas, flatos e por vezes com uma fraqueza geral»<sup>33</sup>, são evidentemente traídas pela sua «delicadeza». Mas esta é, em primeiro lugar, um sinal do meio. Por um lado, portanto, um requinte que enfraquece, por outro, uma rusticidade que reforça, uma moleza que enlanguece e uma rudeza que revigora. E, acima de tudo, em qualquer dos casos, palavras que ultrapassam largamente a sua acepção fisiológica. Bourdieu já notava em Montesquieu o esboço destas diferenciações. As práticas a quente conduzem à fraqueza: «Relaxamento das fibras, relaxamento dos costumes, relaxamento da força vital e da energia viril, cobardia: para criar mitos socialmente aceitáveis, basta, como se vê, deixar actuar as palavras.»<sup>34</sup>

Uma nova classe inventa outra força, perante os modelos aristocráticos. Fá-lo reactivando energias e dinamismos. Adquire solidez. Estabelece grandes divisões entre um ascetismo inédito e uma indolência aparente. Com a austeridade do frio, ostenta uma superioridade em relação aos prazeres considerados demasiado fáceis. Cria rigores para melhor estabelecer distâncias culturais e sociais. A insensibilidade e a energia tomam-se outras tantas lições vencedoras. São elas que a correspondência de Grimm, de resto, afirma fixar em Tronchin: «Ele recordou-nos os costumes da República e a filosofia moral dos antigos.»<sup>35</sup>

O frio não é senão um indício numa vasta transformação dos valores. O que conta é a rotura dos códigos físicos e das valências morais; mais fundamentalmente, é a transformação das referências sociais: imaginar robustez onde ela não existe, circunscrever a decadência a um meio definido. A referência ao banho pôde ser apenas um pretexto. O seu impacte é, em primeiro lugar, o do imaginário: fazer sonhar com poderes invisíveis, atingir os espíritos por meio de exemplos heróicos. Convicção perfeitamente literária, em muitos casos: o banho frio, de resto, não invadiu bruscamente as práticas burguesas no caminho traçado por estes discursos higiênicos. Manteve-se na maior parte das vezes como referência retórica, regra abstracta, mais argumento racional do que dispositivo prático.

Millot, conservado, em 1801, o entusiasmo e a utopia de certos discursos revolucionários, imagina um estabelecimento «regenerador». Sugere o ordenamento, no Sena, de um espaço em forma de circo. Uma série de degraus que permitiria a imersão regular de crianças de todas as idades e de todos os tamanhos. As suas repetidas permanências no rio asseguravam um fortalecimento progressivo. Não se tratava de nadar, mas uma «simples» imersão no frio. A aplicação pedagógica e pública do banho frio seria «enfim» realizada: «Quando o Governo quiser, mudará a fraca constituição dos nossos parisienses, torná-los-á tão robustos como os nossos vizinhos alemães: para tal, bastará mandar construir um estabelecimento de banhos à beira do Sena, do lado dos Inválidos; estes banhos estender-se-iam por uma área em forma de elipse traçada no terreno livre, e cuja

profundidade máxima de 4 pés seria distribuída em forma de anfiteatro por meio de bancadas distando apenas 4 a 5 polegadas umas das outras para nelas se sentarem crianças de todas as idades depois da denteição.»<sup>36</sup> Em 1801, o discurso de Millot ainda pretende ser criador. Considera os investimentos irrisórios. Aparentemente nada mudou no tom militante e persuasivo, para além do apelo aos poderes públicos e de uma ambição claramente institucional e política: «Estes banhos introduziriam em toda a França o uso do banho frio e, no prazo de 15 anos, o Governo começaria a aperceber-se dos bons efeitos destes banhos.»<sup>37</sup> Evocando explicitamente Roma e Esparta, projectando obrigações inaplicáveis, as fórmulas de Millot não podiam surtir efeito. O banho assim generalizado e comandado não podia impor-se. Conseguiu, no entanto, atingir um público limitado, sensível ao seu valor de exemplo, e também à demarcação social em que se baseava a sua imagem.

### Que práticas?

M.<sup>me</sup> de Maraise, colaboradora de Oberkampf e mulher de negócios esclarecida, é rival dos higienistas. Esta amiga de Tissot<sup>38</sup>, que leu os seus textos apaixonadamente e que o convida para Jouy em 1780, deixa transparecer as suas convicções e sobretudo as suas limitações. Nenhuma dúvida, por exemplo, quanto às virtudes do banho frio; embora as alusões à sua aplicação sejam discretas. Para esta burguesa sociável e dinâmica que afirma nunca ter tomado banho, o banho frio continua por muito tempo a ser teórico. Compreende melhor a sua lógica do que propriamente a execução. Fala mais no futuro do que no presente: «A vossa experiência deve ser melhor guia do que a minha pobre pequena teoria, única de que me posso servir, nunca tendo experimentado nenhuma espécie de banho, e quando o meu estado mo permitir, é pelo Sena que deverei começar.»<sup>39</sup> Efectivamente, toma banho cerca de quinze anos mais tarde, no Sena. Toma dois a três banhos por ano, abstendo-se por vezes durante várias estações. À convicção bem real vem, portanto, juntar-se a prática, mas esta prática permanece irregular e espaçada. A 12 de Setembro de 1812, M.<sup>me</sup> de Maraise alude insistentemente a esta frequência caótica: «A 28 do mês passado, entrou em minha casa no momento em que eu saía para fazer várias compras e, em particular, para tomar o terceiro banho de rio desse ano, coisa que não tinha oportunidade de fazer desde 1809.»<sup>40</sup> A amiga de Oberkampf é mais premente quando se trata de crianças. Insiste nos banhos que submergem totalmente o corpo, incluindo a cabeça. Provoca-os. Descreve-os. É incsgotável quanto aos seus efeitos. Mas aponta indirectamente reticências e dificuldades: «Gostaria muito de que as nossas crianças fossem mergulhadas em água fria como as crianças inglesas, mas sem uma criada como a que elas têm à disposição para esta operação, e também sem um pai, embora este seja capaz de fazer prevalecer a experiência sobre o preconceito; mas, quando retomava o assunto do banho frio, exigia que a cabeça fosse excluída.»<sup>41</sup> A insistência na imersão «total» mostra indirectamente que a higiene não é o cerne da questão. Tissot, cujo ascetismo M.<sup>me</sup> de Maraise imita orgulhosamente, não o

diz implicitamente? Uma das suas frases, em todo o caso, fornece só por si todas as explicações: «As crianças fracas são as que têm mais necessidade de ser lavadas; as muito robustas dispensam-no (...)»<sup>42</sup> A água fria lava certamente menos do que fortalece. É, em primeiro lugar, uma «prova». Além disso, a sedução consiste em a tornar um objecto teórico, o que, de resto, já ela é, em parte. A sua simples evocação atinge os espíritos, fornecendo novas imagens das qualidades físicas. A ambição nem sempre reside em ir mais além.

Mas, como é evidente, não faltam exemplos de banhos frios. Mércier refere uma mudança tangível. É sobretudo a infância que está em causa, os filhos de uma burguesia esclarecida, bruscamente sensível ao novo código. A atracção é paralela àquela que, na mesma época, condena fatos de banho e coletes. As crianças «são mais bem educadas do que antigamente. São mergulhadas em banhos frios, adquiriu-se o hábito de as vestir mais levemente e sem apertos»<sup>43</sup>. A prática vai-se generalizando, ultrapassando os meios mais esclarecidos. «Exilada» em Louveciennes desde a morte de Luís XV, M.<sup>me</sup> du Barry deixa-se seduzir pelo novo modelo. Toma um banho frio todos os dias, altera a sua alimentação, veste-se com menos roupa. O «ascetismo» da antiga favorita é totalmente contrário ao que se infligia M.<sup>me</sup> de Montespan, um século atrás<sup>44</sup>: já não uma dureza que mortifica, mas uma dureza que reforça, aquela que contém uma nova ambição. Quando a cidadã de Louveciennes se explica, as suas fórmulas são alusivas e intuitivas, mas a robustez «adquirida» está no cerne das suas afirmações. Dufort de Cheverny mede o seu entusiasmo, e também a sua ingenuidade, durante um encontro fortuito: «O seu lindo rosto parecia afogueado. Disse-nos que tomava todos os dias um banho frio. Mostrou-nos que debaixo da longa peliça vestia apenas uma camisa e um vestido. Insistiu era que lhe tocássemos as costelas para nos assegurarmos de quão útil era o banho frio.»<sup>45</sup>

Exemplo diferente, mas sinal de uma prática real, esta invenção do conde de Milly, da Academia das Ciências, que apresenta, em 1776, um modelo complexo de banheira mecânica. A água é posta em movimento para produzir uma corrente comparável à dos rios. As pressões do fluxo juntam-se às causadas pelo frio. Acelera choques em série. Nunca a expectativa dos efeitos mecânicos fora tão acentuada. Acusa o relevo recentemente adquirido pela imagem do rio, com o seu frio, os seus movimentos, as suas pressões dinâmicas vagamente idealizadas. Esta banheira «aumenta a acção da água sobre a superfície da pele, produzindo em alguns minutos de imersão mais efeito do que se obteria em vários dias pelo método habitual»<sup>46</sup>. O termo «método» o cálculo de duração (entre alguns minutos e vários dias) mostram, sem o afirmar, que se trata mais de criar efeitos fisiológicos do que de lavar.

Exemplo também diferente é o da paixão com que Benjamim Franklin soube falar dos banhos no rio ou das imersões «tónicas», a que se entregou regularmente a partir de 1760. Testemunho importante, sem dúvida, porque Franklin insiste tanto numa verdadeira atracção como numa prática de substituição. Não há nada que se compare às «virtudes» do banho frio, mas o choque que ele produz pode atingir o corpo, abalá-lo. Pode mesmo violentar certas constituições. Contra este inconveniente, Franklin aponta a solução mais «simples»: o banho de ar. Levando-se de manhã muito cedo, abre as janelas, trabalha e passeia-se nu pela casa durante «uma hora ou meia hora, conforme a estação»<sup>47</sup>. O ar frio não deveria produzir o mesmo efeito que a água? Mas, é preciso que se diga, as relações entre o frio e a higiene são então muito ambíguas.

Por fim, algumas instituições são abrangidas pelo uso da água fria revigorante. O regulamento das escolas reais militares, por exemplo, proveniente das reformas do conde de Saint-Germain, é inovador, em 1776. Prática sazonal, ainda, mas que cita mais regularmente as abluções locais. Trata-se de endurecer o futuro soldado, explorando as «virtudes» da água: «Os alunos de todas as idades deverão habituar-se a lavar diariamente o rosto e as mãos com água fria. Se houver perto do colégio um rio ou um riacho onde possam tomar banho sem perigo, deverão fazê-lo de vez em quando, durante o bom tempo.»<sup>48</sup> A água reflecte-se no trajar, na disposição dos quartos, na leveza dos cobertores. Vertigem de um meio que age permanentemente: «Para este efeito, deverão poder ir de cabeça descoberta e com pouca roupa (...). Os alunos, na estação mais rigorosa, disporão apenas de um cobertor.»<sup>49</sup> As diversas selhas instaladas para lavar os pés, por volta de 1780, no pátio do Mans-Neuf, no Colégio Louis-le-Grand, só assim se explicam<sup>50</sup>. Contudo, a sua utilização real é difícil de determinar, pois escapa aos regulamentos dos colégios civis. Tanto mais que em Brienne, por exemplo, embora se trate de uma escola militar, o inventário menciona apenas, em 1788, «duas bacias para lavar as pernas»<sup>51</sup>.

Contudo, foi o universo das referências que mudou, nas instituições de educação. Ao comentar o plano e o programa do estabelecimento que criou, em 1777, e que deseja ao serviço dos «grandes empregos do Estado», Verdier entusiasma-se com os banhos no rio e a natação. Dão saúde e energia. É arriscado, porém, levar os alunos até lá: «Os alunos de Paris nunca serão conduzidos a nenhum local perigoso, ao longo da água, sobre o gelo.»<sup>52</sup> Por outro lado, o Colégio de Sainte-Barbe, assim como outras instituições, leva os alunos, nos últimos anos do século, a tomar banho no Sena, ao aproximar-se o Verão<sup>53</sup>. Entretanto, surge um estabelecimento: a escola de natação, aberta na ponte de la Tournelle, em 1785, por Turquin.

Várias tentativas infrutíferas para criar esta escola, desde a de Arnaud, em 1777<sup>54</sup>. Tinham deparado com dificuldades de financiamento, por vezes nem sequer obtendo a necessária autorização. Por fim, Turquin não só consegue o aval do preboste dos comerciantes, como também o da Academia das Ciências e da Academia Real de Medicina. O assunto prossegue. A procura de tantas cauções confirma projectos ambiciosos: Turquin pretende, de facto, criar um estabelecimento de higiene. A aprendizagem técnica não foi esquecida, o papel utilitário da natação está sem dúvida presente, mas a finalidade do projecto não é só esta. Outros objectivos se impõem. O que conta, em particular, é o movimento na água fria e, mais uma vez, a reacção orgânica que o acompanha. Turquin apreendeu bem os modelos: a natação prolonga os efeitos do frio<sup>55</sup>. Constitui um instrumento suplementar para acelerar a mecânica dos líquidos. Favorece a acção «estimulante» do banho. A teoria tornou-se banal. A *Enciclopédia* evoca-o, em 1765<sup>56</sup>. Outros textos definem-na e desenvolvem-na. O facto de se nadar confere à água



mais força, conciliando flexibilidade e tensão. Os órgãos são mais profundamente implicados e saem mesmo abalados. A agitação vem completar a mecânica: «A natação tem vantagens em relação ao banho simples, porque os movimentos fortes e repetidos efectuados para vencer a resistência da água são muito mais favoráveis à sua penetração profunda e à flexibilização da actividade muscular de todas as partes do corpo, tornam a secreção e as excreções mais fáceis e mais favoráveis, numa palavra, aplicam o selo de saúde nas melhores constituições.»<sup>57</sup> A natação, insiste Turquin, acentua «os efeitos salutares do banho nos rios»<sup>58</sup>. Completa-os. A escola de natação, por sua vez, não é mais do que um local particular de tonificação.

O estabelecimento, inaugurado em Julho de 1785, constitui rapidamente um sucesso. Turquin apresenta-o como um espaço novo e vigiado: quatro barcos solidamente amarrados entre si delimitam uma área interior rectangular, a primeira «piscina» parisiense. O local é dotado de cabinas. O público é seleccionado, o que é demonstrado pelo montante de cada assinatura individual: 96 libras por ano para a primeira classe, 48 libras para a segunda<sup>59</sup>. O preço é elevado. A comparação com o imposto é só por si eloquente: a contribuição patriótica de 1790, por exemplo, é exigida aos rendimentos superiores a 400 libras por ano, considerados correspondentes ao limiar de bem-estar. Só a assinatura anual representa um quarto de tais rendimentos. A clientela da Escola não pode, portanto, ser popular. O que, por sua vez, é confirmado por certas frequentações privadas<sup>60</sup>. O duque de Orleães não inscreveu os filhos, em 1788? Escolha tanto mais significativa quanto é sabido que o duque adoptou há muito a sensibilidade da burguesia esclarecida. Por razões de política obscura, a tática dos Orleães, ramo constituído por primos e rivais da família real, consiste em se opor às normas aristocráticas. O terreno cultural é tanto mais importante quanto pode, por vezes, parecer «inocente»<sup>61</sup>. O futuro Filipe-Igualdade soube, de resto, neste aspecto, dosear algumas atitudes ostensivas: Tronchin e Desessarts<sup>62</sup>, por exemplo, são médicos da família de Orleães; M.<sup>me</sup> de Genlis, preceptora dos três filhos, aplica escrupulosamente as regras dos higienistas. A frequência da Escola de Natação é bem um sinal da classe a que se pertence. E o banho frio, mesmo breve, já não é uma simples referência teórica.

### *As imagens de um corpo cheio de energia*

Tais práticas, apesar de raras, confirmam o estatuto da água fria a partir de 1760. Esta, participando num banho inédito, não é verdadeiramente a água da higiene. Traz consigo muitos objectivos, e também muitas explicações. Não é uma matéria neutra, mas uma matéria ainda surpreendente, estranha, transbordante de efeitos múltiplos e pouco dominados; quase um meio insólito para o corpo. Torna-se necessário domá-la. Nesta fase, as práticas são significativas. Vêm realçar que as recomendações higiénicas ultrapassaram as simples referências literárias ou as figuras de retórica. E realçam também, o que é ainda mais importante, quão directamente influenciado por uma burguesia esclarecida

se encontra o público em causa, explorando referências de resistência e robustez. É o significado social de tais referências que permite compreender melhor a sua representação e avaliar melhor o seu alcance. São elas que exprimem mais claramente o aparecimento de uma imagem do corpo totalmente nova. Constituem a sua tradução mais sugestiva. Este banho é em primeiro lugar indício de um código, até então inédito, das eficácias corporais. É o essencial.

A transformação do banho das crianças é a mais reveladora: confere todo o sentido ao novo código. Este banho era raro na França dos séculos XVI e XVII, mas existia (era frequente sobretudo nos momentos que se seguiam ao nascimento) e pressupunha duas acções nas quais incide precisamente a mudança na segunda metade do século XVIII: tratava-se de lavar com um líquido quente e protector, de obstruir os poros com matérias «viscosas» a fim de o defender e reforçar melhor. O jogo em torno das aberturas do corpo era essencial. Ambroise Paré dizia-o sem rodeios: «A criança [ao nascer] deve ser limpa com óleo de rosas ou de mirtilos para lhe retirar a sujidade e os excrementos que traz agarrados à pele; e também para tapar os poros a fim de tornar o seu aspecto mais firme.»<sup>63</sup>

Banho e firmeza já tinham iniciado a sua difícil relação. Não é só, portanto, a ideia de reforço que constitui a originalidade das propostas de Tronchin e dos seus amigos. A tradição também pretende reforçar o corpo da criança. Manipula-o. Sonha com endurecimento. O corpo, por seu lado, é passivo, submisso à mão que o protege: fortalecer é, em primeiro lugar, fechar os poros. Reforçar, é causticar ou colmatar. Existe uma semelhança em relação aos objectos bem fechados e guardados. Uma mão estranha prepara o «couro», endurece-o, acomoda-o. Não lhe faltam utensílios: óleos espessos, ceras, sais ou mesmo pó de salitre. Uma vez assim trabalhados os poros, o fluxo dos humores, pelas suas fugas ou retenções, permite novos endurecimentos, novas consistências ou uma nova fluidez. A mão age sobre a pele cujas saídas controla.

O mito do banho frio, pelo contrário, inverte a imagem. Pressupõe o corpo dotado de um poder prévio. Este já não é matéria inerte. À partida resiste. Há recursos internos, forças desconhecidas: «A criança possui apenas o seu próprio calor e basta-lhe.»<sup>64</sup> Mergulhá-la em água fria é, portanto, confiar nessa imagem obscura, precisamente aquela que o século precedente recusava. É o fim da massa passiva: o corpo possui, desde o primeiro dia, uma força particular. Só ela deve ser solicitada. As modalidades do seu crescimento são, por sua vez, específicas. É também o fim das mãos estranhas, por exemplo: o reforço vem do interior. Vem da reacção repetida dos próprios órgãos. São as contracções renovadas que fortalecem e já não as manipulações externas. É do próprio «fundo» do organismo que cresce a energia.

A imagem pode ser intuitiva: privilegia os vigos ocultos, faz sonhar com as resistências romanas. Objectivos físicos e morais perfilam-se no confronto das matérias hostis. A imagem pode ser mais precisa: descreve então de que maneira o frio suscita esta força vital. Trata-se de inventar reacções orgânicas particulares, de agir sobre a originalidade do ser vivo, de nomear uma autonomia fisiológica, de designar esse local «reactivo». Já na *Enciclopédia* o banho frio está no cerne de uma réplica física precisa: «Ao manter os vasos num estado de maior



constrição, determinando, assim, um aumento das resistências, o banho frio ocasiona mais acção e mais esforço por parte da potência motriz para os vencer, donde o aumento do movimento progressivo dos humores.»<sup>65</sup> Registo idêntico em Maret: a irritabilidade de que Haller dota o músculo permite-lhe evocar uma autonomia de reacção física. O frio torna-se um estímulo. Age por solicitação. Interpela. As metáforas mecânicas limitam-se a determinar o sentido dos encaideamentos: «O efeito destas forças ainda é proporcional à intensidade dos estímulos que excitam a sua acção (...). O efeito do frio, ao condensar os sólidos e fluidos, aumenta a força (...).»<sup>66</sup> Idêntico registo de Hufeland, por fim, que chega a diferenciar as polaridades dinâmicas em «externas» e «internas»: as que assistem o corpo e as que dele nascem. Ora, a força do organismo não pode vir da mão que sustenta, mas de uma invisível energia interna: interpelação em vez de assistência. O frio não é mais do que um apelo a estes recursos latentes: «Não conheço nada de mais pernicioso, nada que encerre tão perfeitamente a ideia de fraqueza e de enfermidade do que o carácter da natureza humana hoje quase generalizado, agir do exterior para o interior (...). É preciso considerar que, por meio de um calor constante e muitas vezes excessivo, fazemos tudo por relaxar a pele, desde o nascimento, retirando-lhe toda a sua força (...).»<sup>67</sup> O banho frio, pelo contrário, provoca réplicas e auto-reforços. Desloca o gesto de fortalecimento. Passa-se de um apoio exterior para uma acção interna, de uma gestão do inerte para uma interpelação do vivo.

Esta inversão de imagem também leva a compreender melhor a possibilidade, e mesmo o sucesso, da inoculação na segunda metade do século XVIII. A inoculação não interfere com as «resistências» do corpo? O gesto que provoca uma incisão na pele para nela introduzir alguns fragmentos purulentos de núcleos da varíola pressupõe uma confiança obscura, mas igualmente real, numa força orgânica reactiva. A higiene do banho frio assemelha-se como uma irmã a esta nova prática preservadora. O conjunto das defesas que o corpo opõe ao mal podem, de resto, ser repensadas neste momento. As teorias sobre as aberturas ou sobre a mecânica dos invólucros já não são as únicas. Os dispositivos que apresentavam o vestuário como uma defesa contra o ar maléfico estão parcialmente ultrapassados. O organismo já não é uma simples máquina «passiva». Existem outras tácticas. Torna-se possível trabalhar a partir das forças próprias do corpo. Solicitar, mais uma vez, dispositivos internos e activos. Nada de fortuito: os higienistas do banho frio e os da inoculação são, na maior parte das vezes, os mesmos. Também não constitui nenhuma surpresa o facto de Tronchin inocular os filhos do duque de Orleães em 1756. A inoculação, como o frio, exige uma primeira resistência ao «mal». Finalmente, é desta resistência trabalhada que nasce o reforço<sup>68</sup>.

Assim, o tema do banho frio não faz mais do que ilustrar uma profunda transformação das imagens regulando a aplicação e as forças do corpo. A verdadeira deslocação é, de resto, social: crenças numa força autónoma, a inventada por uma burguesia confiante nas suas próprias forças físicas, confiante sobretudo em vigores totalmente independentes das filiações e dos códigos do sangue. Esta força existe em todos os corpos, mas é preciso solicitá-la, confiar nela, pô-la em

acção. E é preciso «acreditar». Pouco importa mesmo que todo este jogo seja mais imaginário do que imediatamente prático. A afirmação multiplica-se e generaliza-se. O orgânico contém poderes ocultos cuja apropriação é possível. É a mesma dinâmica, enfim, que na segunda metade do século XVIII vai desqualificar o código aristocrático das aparências e das maneiras. Acção tanto mais importante quanto a higiene decorre, nessa época, daquilo que «liberta». Estar limpo consistirá em breve em se desembaraçar do que contribui para a crispação e constringe a aparência em benefício de tudo o que a «liberta».

## A NATUREZA E O ARTIFÍCIO

A rotura que, sobretudo a partir de 1760, distingue os novos «vigores» de uma «moleza» muito aristocrática é acompanhada de uma oposição mais determinante para a higiene: a que separa a natureza do artifício. Uma natureza trabalhada, sem dúvida, mas cujo sucesso, sobretudo no fim do século, ultrapassa largamente a burguesia. Quando a baronesa de Oberkirch deixa Versalhes de madrugada, a 9 de Junho de 1782, depois do baile oferecido ao futuro czar da Rússia, está quase sem o saber a realçar a importância deste tema para a própria cultura aristocrática. A descrição que nos fornece dos raros camponeses com que se cruzou a caminho de Paris, o olhar azedo que lança aos enfeites e aos pós dos seus amigos são atravessados pelo imaginário de uma natureza: «Já era de dia e os camponeses entregavam-se aos seus afazeres quotidianos. Que contraste entre os seus rostos calmos e satisfeitos e o nosso ar cansado: a pintura esbatera-se nas nossas faces, o pó desaparecera dos nossos cabelos. O regresso de uma festa não é um espectáculo belo e pode inspirar muitas reflexões filosóficas a quem se quiser dar a esse trabalho.»<sup>1</sup> A referência «natural» não tem, neste caso, significado social. A baronesa está longe de pôr o seu meio em causa. Chega mesmo a troçar dos «filósofos». Odeia Rousseau. Escarnece da educação que M.<sup>me</sup> de Genlis dá aos filhos do duque de Orleães. Mas, quanto ao tema do corpo e do trajar, nas memórias que nos lega em 1787, cita-o permanentemente, uma atenção insistente, por exemplo, aos complementos que tradicionalmente enfeitam os rostos nobres e um desprezo por estes mesmos enfeites; atracção pelos pós, os amidos, os postiços, e a denúncia do seu papel, mesmo um certo receio em relação aos seus efeitos: cosméticos que estragam ou sujam a pele, artificios que «servem para estragar o que a natureza fez»<sup>2</sup>. A lenta inflexão dos utensílios que sustentam a aparência clássica atinge, no fim do século, os próprios meios da corte.

Não há dúvida de que esta crítica começou por ter um significado social. Ironizou durante muito tempo com «os pequenos senhores elegantes e bem postos»<sup>3</sup>. Foi sobre eles que recaiu, amplificando-se, o ataque contra os artificios, contra o trajar demasiado afectado ou ostensivo. Foi também através deles que o código aristocrático das maneiras foi visado. A oposição entre vigor e delicadeza

só pode estabelecer-se, neste caso, a partir de temas ligeiramente deslocados: simplicidade contra afectação, espontaneidade contra simulação. Cabeleiras, cabeças empoadas, matérias corantes nas faces, maquilhagem por excesso de artifício. Os «penteados piramidais»<sup>4</sup> incomodam tudo e todos e estragam o cabelo. A «natureza» é corrompida até ao abastardamento. Outros tantos sinais «condenáveis» do luxo. Só há «fraqueza» e « vaidade» nestes «pós e pomadas odoríferos que a presunção teve a infelicidade de inventar e que a sensualidade dos ricos emprega nos seus preparos com uma profusão tão perigosa quanto condenável»<sup>5</sup>. É também por ser objecto de crítica social que a cosmética significa moleza e debilidade.

Mas estes temas são tanto mais importantes quanto abalam as referências da higiene ao reactivar a distância entre natureza e artifício. Pôr em causa o código do aspecto ou do trajar, por exemplo, denunciar os valores do vestuário encarado apenas como aspecto exterior, equivale a afirmar outros valores vindos do «interior»; o estado da pele, por exemplo, prevalecendo na maior parte das vezes sobre as matérias que lhe dão cor, ou o «natural» do cabelo sobre certos enfeites que o substituem. É entrando em polémica com as sofisticadas mundanas que Rousseau insiste na higiene de Sofia. Apresenta-a como alternativa aos requintes artificiais, sinal inscrito «na sua própria pessoa»<sup>6</sup>. Explora-a prolongando obstinadamente os seus próprios sonhos por árvores e jardins, servindo-se da metáfora da seiva e do orvalho, esgotando as analogias com campos e aldeias: «Sofia só conhece o perfume das flores e o seu marido nunca respirará nada mais puro do que o seu hálito.»<sup>7</sup> O asseio contra «a inútil afectação (...)»<sup>8</sup>. Nenhum confronto com sujidade repugnante. Não se trata, em 1762, e nos anos que se seguem, de recuperar miseráveis negligências ou de avaliar o perigo da «sujidade» dos camponeses, por exemplo. Práticas estas que ainda não são apontadas como «lacunas». Não é, em todo o caso, contra elas que nasce uma higiene militante. Paradoxalmente, esta responde ao vestuário demasiado estudado e aos artificios demasiado requintados. Afirma-se contra as aparências «superficiais» e sobretudo contra o estatuto das aparências. O que está em jogo, recordemo-lo, são as distinções. É essencialmente neste campo que se estabelece uma aproximação muito especial entre a higiene e a limpeza.

### *A saúde contra os cosméticos*

Antes mesmo de ser simples crítica de moda, a denúncia dos «excessos» de pós e pomadas serve-se do argumento da saúde. Ao contrariarem, por exemplo, a saída dos humores, certos artificios podem obrigá-los a percorrer estranhos percursos. A explicação é mecânica. Os fluxos naturais não serão bloqueados nestas cabeças invadidas pelas mais diversas matérias? As misturas de pós não constituirão uma barreira? E estes mesmos fluxos não serão então obrigados a divagar, a alterar o sangue, a submergir outros órgãos, provocando dores ou multiplicando desordens? Podem gerar inchaços inesperados e propagar fluxões. Vagueiam e envenenam: «A transpiração é interceptada pelo amontoado de pós

e pomadas e o suor refluí para as partes mais próximas, provocando catarro, dores de garganta e de ouvidos, dores nos olhos (...). Vi um rapaz de dez anos morrer com um abcesso na garganta causado pela sujidade. Há tanto tempo que não se penteava (...). O humor refluíu para a garganta e morreu devido aos abcessos formados.»<sup>9</sup> A acumulação dos cosméticos descontrola as relações internas. Com eles, geram-se desequilíbrios e invertem-se as forças. Perturbam. São eles, precisamente, que podem provocar «uma camada considerável de sujidade cujo efeito consiste em impedir a transpiração»<sup>10</sup>. Trata-se, como no caso do frio, de afirmar forças e funções que o artifício parece abafar e trata-se igualmente de realçar as falhas de uma vigilância reduzida apenas ao aspecto. Para além desta aparência, há outros interesses em jogo, e sobretudo outros poderes: «A profusão de pomadas e pós utilizados pelos fabricantes de cabeleiras (...) sobrecarregam a cabeça, tapam os poros e dão muitas vezes origem a enxaquecas, a dores de cabeça que embranquecem os cabelos ou que os fazem cair em pouco tempo.»<sup>11</sup> Suprimir ou reduzir o artifício é ainda autorizar uma libertação, uma atitude menos constringida; é libertar-se, recusar uma imposição. Por exemplo, a «libra de pós e pomadas que ao menor movimento caem sobre os ombros»<sup>12</sup> é demasiado incomodativa. A crítica assemelha-se, muito simplesmente, à crítica feita aos coletes e ao vestuário sufocante<sup>13</sup>.

Mas há também uma química da infância que suscita as imagens. O argumento é o das substâncias que corroem, pois a sua «acidez pode irritar os nervos»<sup>14</sup>. A própria composição do artifício começa a inquietar. Não poderá atacar a pele, submetê-la a uma degradação por vezes irreversível? Em particular, devem temer-se as matérias «compostas de chumbo, de alvaiade, de acetato de chumbo, de magistério, de flor de bismuto e outras da mesma natureza, que são, na verdade, os mais belos brancos do mundo, mas que, pela sua parte salina, venenosa, arsenical, indelével, alteram e estragam a pele sem remédio»<sup>15</sup>. E ainda os vermelhões que «minam» a pele<sup>16</sup>. E as «matérias sulfurosas»<sup>17</sup>, acusadas de ameaçar o peito e os olhos. A química vinha, assim, em auxílio da «natureza». *L'Encyclopédie méthodique*, em 1789, é peremptória: «A maior parte dos cosméticos é composta por minerais mais ou menos prejudiciais, mas sempre corrosivos, e há efeitos funestos inseparáveis do seu uso.»<sup>18</sup>

Os discursos dos higienistas e os discursos dos seguidores da moda convergem, de facto, no fim do século XVIII. Pós e pinturas já não desempenham o mesmo papel. Os rostos nobres, sobretudo os das mulheres, começam a ostentar cores menos contrastadas. Em 1785, o duque de Lévis troça de uma duquesa que encontrou em casa do marechal de Richelieu, cujo rosto «estava coberto de uma espessa camada de branco, enfeitado com duas rosetas de vermelho intenso»<sup>19</sup>. M.<sup>me</sup> de Genlis também escarnece da avó, que recorre a «uma enorme quantidade de vermelhão e branco»<sup>20</sup>. E o mesmo acontece, enfim, com determinado professor de dança, «um homem forte admiravelmente penteado e empoadado de branco»<sup>21</sup>, que se torna, em 1787, simplesmente ridículo. A marquesa de La Tour du Pin mostra-o bem ao calcular os gestos necessários para evitar que o pó caia. Apercebe-se bruscamente da sua hesitação nos gestos, no constringimento, na expressão. Considera que tem o pescoço demasiado imóvel e a máscara traçada

com demasiada perfeição<sup>22</sup>. O pastel, como é óbvio, adapta-se melhor aos retratos de Vigée-Lebrun, a partir de 1780, do que aos de Boucher ou Nattier, muito mais contrastados, realizados há alguns decénios<sup>23</sup>. O traje das crianças representa a mudança mais nítida. A oposição entre vigor e moleza, simplicidade e afectação, natureza e artifício é aplicada sem hesitações. Sonho pedagógico que joga sem dúvida com a pressuposta plasticidade da infância, de normas mais abertas: «Já não se lhes polvilha a cabeça de branco como antigamente. Ficavam completamente desfiguradas com aqueles rolos cheios de pomada, os canudos e tudo o resto. Não havia nada de mais ridículo do que essas criaturinhas usando uma bolsa, um chapéu debaixo do braço e uma espada lateralmente. Depois da revolução das cabeleiras, as crianças usam os cabelos bem cortados, arredondados, limpos e polvilhados.»<sup>24</sup> A observação é geral. Mercier emprega os mesmos termos para insistir nos «cabelos louros flutuando ao vento»<sup>25</sup>. O filho do nobre e o do burguês não são a mesma coisa, a partir de 1780.

O discurso dos seguidores da moda explora explicitamente o próprio termo «natureza». O pó branco «endurece» e «desfigura»<sup>26</sup>. Falseia os traços, não os beneficia. Pelo contrário, para quem quiser manter a todo o custo o cabelo empoadado, é preferível um cosmético claro e ligeiramente «salpicado». Este respeita a cor natural, conferindo «mais suavidade ao rosto»<sup>27</sup>. O uso parcial do pó está, portanto, codificado. Também os *Affiches et Annonces de Paris* evitam prudentemente a recomendação de brancos e vermelhos que não sejam «vegetais»<sup>28</sup>. O seguidor da moda não pode condenar o cosmético. As suas afirmações limitam-se a confirmar a que ponto o processo entre natureza e artifício transformou, na segunda metade do século XVIII, os critérios da distinção.

Ora, foi precisamente a transformação dos critérios que deslocou a visão de higiene. Foi a atenção explícita ao «interior» da aparência que veio pôr em causa a ligação durante muito tempo aceite entre a higiene e os adornos, impondo ao vestuário outras referências que não as do espectáculo. A superfície e o perfume não podem ser exclusivos. O cenário altera-se. A distinção clássica, a do século XVII e do início do século XVIII, já não é atingida unicamente nos seus perfis, é-o também nas estruturas. As alianças até então estabelecidas começam a desfazer-se. Por sua vez, altera-se o próprio sentido do termo higiene. A *Encyclopédie* sanciona-o em 1765 como uma descoberta: «Não deve confundir-se higiene com procura do luxo, da afectação, dos adornos, dos perfumes, dos odores, todos estes cuidados requintados com a sensibilidade não são suficientemente requintados para enganar o olhar; demasiado embaraçosos para o jogo da vida, desvendam o motivo que os originou.»<sup>29</sup> A higiene não está ligada unicamente aos sinais do ajustamento do vestuário. Diz respeito a um objecto mais directamente corporal. Significado que hoje se torna evidente, mas cujo itinerário é realçado por este lento trabalho sobre os efeitos espectaculares da silhueta. A higiene depende tanto menos da aparência imediata quanto é capaz, precisamente, de alterar a sua composição. Pelo menos, um exemplo, nesta série de mudanças: a interpretação fornecida por Mercier sobre a transformação do rosto: «Parece que os cabelos curtos querem dominar: a higiene, a comodidade, o tempo ganho, e talvez a saúde, só têm a lucrar com esta moda, pois é necessário que a cabeça respire, isto é, que

esteja perfeitamente limpa.»<sup>30</sup> O ajustamento das cabeleiras ou dos pés, os perfis e os perfumes já não estão na origem da higiene, dependem dela. O recurso à maquilhagem também pressupõe uma razão. Mercier enaltece-a enumerando os brancos e os vermelhos, as suas misturas e o seu brilho: «Aquele a quem se perguntasse o que constituía o verdadeiro adorno de uma mulher, responderia: a higiene, a higiene, a higiene.»<sup>31</sup>

### As duplicidades do perfume

O perfume veio alterar uma referência dominante cujo sentido é revelador. Simples efeito de aparência, o perfume só pode ser enganador: «Os odores pertencem menos à higiene do que a um certo gosto depravado ou a um certo ar de moda de que os pequenos senhores são árbitros.»<sup>32</sup> Multiplicam-se as críticas contra «o odor das essências e dos pés ambreados»<sup>33</sup>, o «perigo» dos aromas<sup>34</sup>, as perturbações e os «flatos» provocados pelo almíscar<sup>35</sup>: objectos que enervam e enfraquecem; práticas que contrariam a natureza. Até o inocente desfolhar da rosa, que «pode levar ao desfalecimento»<sup>36</sup>. Bomare, no seu *Dictionnaire d'histoire naturelle*, em 1764, parece encantado por dispor de provas de tais afectações, ao comparar o olfacto limitado do homem com o dos animais. A enfermidade só tem uma origem: «O excesso de odores fortes de que os homens estão constantemente rodeados.»<sup>37</sup> O que Buffon já afirmara; não sem críspação, ao evocar «o furor com que procuramos destruir-nos»<sup>38</sup> solicitando exageradamente o olfacto. O perfume entontecedor não passa de efeminação. Ao que se vem juntar a suspeita quanto ao asseio que este pode desencadear: exactamente como a «falsa beleza» produz «um efeito mais redutor do que a fealdade mais pronunciada»<sup>39</sup>.

O artifício do perfume parece situar-se, de resto, nos antípodas do espírito burguês, em breve triunfante. Esvai-se, evapora-se, simbolizando a delapidação e a perda. Além de ser um produto de adorno, é um produto evanescente. Desperdiça-se. É dissipação, volatilidade fugaz e sem retorno. O inverso da acumulação é do enriquecimento. O perfume difunde-se e evade-se. Esta instabilidade, agora, decepciona. Crítica notavelmente apontada por Gorbin: «Há qualquer coisa de intolerável para o burguês no facto de sentir que se esvaem assim os produtos arrecadados com o seu labor. O perfume, acusado de traduzir moleza, desordem e gosto pelo prazer, é contrário ao trabalho.»<sup>40</sup> Reforça, então, os efeitos «negativos» dos valores da aparência.

Esta desclassificação não pode deixar de atingir certos gestos até então considerados purificadores. O perfume era capaz, pensava-se, de corrigir os odores do corpo modificando a sua matéria íntima. Combatia directamente o mau cheiro porque o «ataca» na sua substância. Num certo sentido, até lavava. A sua simples aplicação limpava e purificava. Transformava muito «concretamente» a origem do mau ar. Ora, «perde precisamente crédito»<sup>41</sup> na acção contra as atmosferas pouco saudáveis e os eflúvios mal cheirosos. É uma outra fase da higiene, e mesmo das práticas higiénicas, que chega ao fim. O efeito do perfume

já não é a depuração. Já não actua sobre a própria essência do ar. Não atinge, além disso, a origem do fedor: «Limita-se a substituir um odor fétido por um odor agradável, engana o olfacto e não perverte os miasmas pútridos.»<sup>42</sup> Quando muito, desempenha o papel de máscara. A melhor resposta ainda continua a ser a supressão das fontes de mau cheiro ou renovação do ar ambiente. É preferível abrir a janela do quarto de um doente, ironiza Tissot, do que queimar substâncias aromáticas<sup>43</sup>. De resto, o bom senso e a sensibilidade confundem-se. O perfume é tanto menos eficaz quanto a sua fragrância entonetece. É duplamente enganador: efeminação e ilusão quanto à correcção real do insalubre. A frivolidade e a ausência de poder convergem: «Os *pot-pourris* tão deliciosos pelo seu encanto e pela quantidade de aromas são muitas vezes mais próprios para perturbar os cérebros delicados, vazios e depauperados por uma divina ociosidade do que para reanimar as virtudes do ar.»<sup>44</sup>

### O «interno» contra a aparência

Há algumas excepções a estas recusas, mas só vêm confirmar, à sua maneira, a referência a uma «natureza». M.<sup>me</sup> Necker sonha, nas suas memórias, com essências suficientemente «simples» para imitar: «o odor da terra humedecida pela chuva»<sup>45</sup>. Jaucourt, vituperando na *Enciclopédia* contra os perfumes e os cosméticos, poupa alguns extractos de flores e de frutos: «Por exemplo, a água de morangos, a água de lavanda, a água destilada de favas.»<sup>46</sup> Jacquin, que explora a condenação quase moral do perfume, também sugere algumas excepções: «Não devemos, porém, condenar todos os odores indistintamente: alguns são suaves e agradáveis e fazem parte da higiene; é o caso da água de lavanda.»<sup>47</sup> É o recurso à natureza que impõe, em certos casos, artificios mais complexos, como o uso, em 1782, de minúsculos frascos dissimulados entre o cabelo, a fim de que flores naturais e frescas pudessem manter os caules mergulhados<sup>48</sup>. A qualidade do perfume deve acompanhar a energia da seiva. A higiene alia-se às essências da Primavera, aos objectos transbordantes de vida, próximos, em todo o caso, de uma força corporal. É dinamismo e vigor.

Trata-se de inventar outra autonomia para o corpo: de o distinguir melhor das suas panóplas ou dos seus suportes, de trabalhar qualidades pertencentes à pessoa, de codificar uma vitalidade independente do adorno e do porte. Frescura, limpeza ou mesmo esplendor, a associação refere-se sempre ao orgânico. É nele que se inscreve a nova valência. Opõe-se às antigas referências do parecer, afirma uma força mais «interna». O que não significa, evidentemente, que este valor seja especificado e ainda menos que tenha um sentido próximo da higiene actual. Muito mais abluções no caso de Rousseau, por exemplo, para além de algumas alusões ao banho frio da infância. A água não é apontada na higiene de Júlia. A transmutação operada é, no entanto, a da «simplicidade»: «Ela reencontra a arte de animar as suas graças naturais sem as ocultar; estava deslumbrante quando acabou de se arranjar.»<sup>49</sup> Muito pouca insistência no papel socialmente sanitário da higiene, não obstante a sua evidente «promoção». O próprio Tissot,

ao enumerar, em 1765, as causas das doenças do povo, aponta a embriaguez ou o excesso de trabalho e não o asseio ou a falta de asseio<sup>50</sup>.

Mas a oposição entre natureza e artifício, simplicidade e afectação, importante a partir de 1760 e sobretudo de 1780, marca uma inflexão da sensibilidade à higiene. Transformação tanto mais importante quanto gera novas categorias de pensamento: trabalho do corpo, manifestação de um vigor (mesmo formal), a higiene faz agora parte do manual do médico, muito mais do que do manual de civilidade. É mais uma conotação da saúde do que uma conotação do adorno. Diz respeito ao regime dos humores, à disponibilidade dos membros, ao estado directamente físico do corpo. Um trabalho do «interior», muito mais do que da «superfície». Em 1792, o doutor B. C. Faust lança um apelo: «O nosso vestuário é de ferro, foi inventado nos séculos bárbaros e góticos. Teremos de quebrar este ferro se queremos ser livres e felizes»<sup>51</sup>; este apelo tem também correspondência na «vida» da pele: atacar a sujidade é dar mais força às funções e mais liberdade aos órgãos. A higiene não é feita apenas para o olhar.

Os tratados de higiene racionalizam mais uma vez a representação dos poros: a sua conservação assegura uma saída à transpiração, garantindo uma maior fluidez do sangue. Perante as velhas imagens de tumefacções e obstruções circulatórias, surgidas depois da descoberta de Harvey<sup>52</sup>, no século XVII, perante os riscos difusos de bloqueios e pletoras, a higiene possui agora uma legitimidade mais alicerçada. Facilita excreções de humores e movimentos do sangue. Torna-se claramente funcional. Defende o organismo ajudando as suas fisiologias. Alimenta a circulação e os movimentos internos, permitindo mesmo a «prevenção da doença»<sup>53</sup>. E não facilitará a «transpiração insensível, que é mais importante do que todas as outras evacuações»<sup>54</sup>? A insistência nesta transpiração não é nova, mas a sua relação com a higiene torna-se mais sistemática e a própria explicação desta higiene torna-se mais funcional: com ela, as evacuações orgânicas têm uma saída regular e melhor preservada. A conservação da pele constitui uma espécie de garante. O tema pertence ao mesmo registo que o banho frio. Assim como este reforça as fibras, a higiene reforça indirectamente as funções: «A base da saúde é a regularidade com que se faz a transpiração, para obter esta regularidade é necessário fortalecer a pele.»<sup>55</sup> A sujidade é perigosa porque bloqueia as saídas superficiais, daqui podendo resultar estranhos tumores. Inchaços alimentados pelos humores, outros tantos abscessos possíveis; o corpo incha sob a acção de pressões internas. Estar limpo, pelo contrário, é «libertar» a pele: «É necessário ter os pés bem limpos: a mais leve sujidade intercepta a transpiração e produz calos e inchaços tão dolorosos como incómodos.»<sup>56</sup> Uma higiene que no século XVII significava essencialmente estética e civilidade pende agora mais claramente para a funcionalidade.

A condenação dos cosméticos e dos pós, centrada no rosto, mas atingindo também o traje e o porte, e, por fim, a alusão à sujidade, possuem, portanto, uma vertente teórica: libertar a superfície do corpo para permitir as evacuações. Importa repetir que esta nova argumentação não implica uma revolução imediata das práticas de ablução. No fim da década de 1770, os tratados eruditos permanecem evasivos quanto ao ritmo dos banhos: «Cada qual tem uma regra particular



para os banhos: uns tomam banho de oito em oito dias, outros de dez em dez, outros ainda todos os meses e muitos todos os anos durante oito a dez dias seguidos, numa estação própria para tal fim.»<sup>7</sup> A manutenção da pele ainda passa, com certeza para a maioria, pela manutenção da roupa. Mas a transformação dos rostos constitui um sinal concreto de mudança de mentalidades. Enfim, o argumento da saúde, apesar de teórico e preocupado com mecanismos muitas vezes imaginários, representa outro sinal importante. A partir de 1760, o que emerge é pelo menos a possibilidade de uma higiene totalmente nova.

## EFLÚVIOS POPULARES E URBANOS

### *A quantificação da morte*

A criação de *La Gazette de santé*, em 1773, vem confirmar uma maior mudança de mentalidade no último terço do século XVIII. Redigida «a pensar em padres, senhores, damas caridosas e agricultores»<sup>1</sup>, parece feita para inverter a fatalidade tradicional com que são encaradas a morte e a doença. Os notáveis são chamados a divulgar as medidas tomadas pelos médicos. Sugerindo novos cuidados a ter com a primeira infância, ou insistindo no saneamento das habitações e das cidades, *La Gazette* promove a vigilância. Banaliza as regras de higiene, sensibilizando ao mesmo tempo para o tema da higiene. Debate a educação física das crianças e discute as fontes de contágio. As acções «que ajudam a manter a saúde»<sup>2</sup> traduzem preocupações sociais. *La Gazette* é feita para informar e para difundir. Os leitores formam os elos de ligação: textos breves, fórmulas simples, pretende atingir o grande público. Seguem-se-lhe de perto iniciativas locais, como o *Journal de santé* de Bordéus, em 1785<sup>3</sup>, ou de Lião, em 1793<sup>4</sup>.

O empreendimento pressupõe, enfim, um novo objectivo: trata-se de influir na longevidade das populações. Pretende-se prolongar a vida dos homens, trabalhar naquilo a que Moheau já então chama a «duração de vida»<sup>5</sup>. Recensear as epidemias, definir as doenças mal conhecidas, forçar a saúde, é agir indirectamente sobre a quantidade de habitantes. À velha luta contra o sofrimento vem juntar-se a luta, mais abstracta, contra a destruição numérica das populações. É a colectividade, como entidade quantificada, que está no cerne de tais ambições. O que exige uma focalização inédita sobre a massa humana: «Os homens são a verdadeira riqueza dos Estados e são a mais desprezada.»<sup>6</sup>

Neste aspecto, *La Gazette* não é senão uma consequência entre outras desta primeira tomada de consciência demográfica. A criação da Sociedade Real de Medicina, em 1776, os inquéritos sobre as epidemias que está encarregada de recolher, a moda das topografias médicas recenseando a mortalidade nos campos e nas cidades, constituem outros tantos indícios de nova sensibilidade<sup>7</sup>. A população constitui um recurso específico: «É preciso multiplicar as pessoas e os

animais.»<sup>8</sup> Também é preciso preservar a sua longevidade. Tomada de consciência lenta, que se impõe sobretudo a partir de 1760 e que é ilustrada pelos primeiros cálculos de mortalidade ou pelas primeiras tabelas que confrontam nascimentos e óbitos. Os fisiocratas contribuíram, como é evidente, para esta percepção, associando as riquezas da terra a uma rentabilização do ser humano: «O número de indivíduos capazes de se servir de uma enxada, de conduzir uma charrua, de trabalhar num tear, de usar as armas, enfim, de se reproduzir: é esta a base da força das nações.»<sup>9</sup> De forma mais lata, é a consagração das exigências dos nossos Estados contemporâneos, que fazem da população uma potência anónima e prometedora cujos braços devem ser contados.

O raciocínio económico subentende o gesto de uma organização sanitária das colectividades. Conduz sobretudo a uma transformação da higiene dos grupos e das comunidades<sup>10</sup>. A prevenção começa a decorrer de práticas políticas cujos agentes são os administradores e os médicos. Esta prevenção integra insensivelmente a higiene até lhe conferir um papel de «salubridade pública»<sup>11</sup> que nunca fora o seu. Papel discreto, sem dúvida, já que o trabalho sobre o contágio e as epidemias começa por ser um trabalho sobre os climas. As velhas categorias hipocráticas, referenciando tempos e locais, estão longe de ter sido esquecidas. Daignan, Razou e Lepecq<sup>12</sup> constroem as suas tabelas de mortalidade baseando-se essencialmente nas variações sazonais. São a humidade ou o frio dos nevoeiros, variando consoante os meses, que determinam o número de mortos. São os ventos, soprando dos pântanos, que trazem as febres. O inquérito preocupa-se com o capricho das temperaturas, com a versatilidade das estações, quantifica a secura e a humidade dos solos, perde-se na mobilidade dos orvalhos e das brisas.

Mas o trabalho sobre o contágio, ajudado sem dúvida pelas interrogações dos químicos, torna-se rapidamente um trabalho sobre o isolamento, os odores, as exalações prejudiciais. A longo prazo, pode emergir uma tomada de consciência da higiene.

### *A localização do insalubre*

História mil vezes repetida a partir de 1770, a ponto de se tornar inconfundível, é a de um eflúvio pútrido espalhando a morte num recinto fechado: no mês de Junho de 1774, um grupo de crianças tranquilas reúne-se na igreja de Saulieu, na Borgonha, para fazer a primeira comunhão. Bruscamente, eleva-se uma «exalação maléfica» de um dos túmulos cavados nesse mesmo dia nas lajes da igreja. O eflúvio propaga-se e provoca, segundo consta, uma catástrofe: «O padre, o vigário, 40 crianças e 200 paroquianos que então entraram morreram todos.»<sup>13</sup> A história, quase mítica, é levada a sério, tomada exemplar, propalada. O odor da carne em decomposição pode ser mortal. Os mortos ameaçam fisicamente os vivos.

As campânulas herméticas de Hales e de Priestley<sup>14</sup>, obrigando os animais sujeitos a experiências a morrer envenenados pelo seu próprio hálito, multiplicam correspondências imaginárias. Os homens morrem em atmosferas confinadas.

Morrem devido a obscuras exalações vindas dos corpos. O hálito transmite a morte das matérias putrefactas. Entre estas exalações e o fedor da podridão, dos dejectos e das carnes mortas, todas as analogias são permitidas. São as emanações malignas, a podridão, os objectos deteriorados que, por sua vez, podem matar<sup>15</sup>. Os cemitérios, tal como as fossas das cidades em que permanecem as matérias fecais, espalham bruscamente os «seus infectos odores, perigosos em todos os tempos e em todos os locais»<sup>16</sup>. Já não basta o conhecimento das estações do ano. Gorbin mostrou claramente o papel importante de uma análise já aprofundada do ar nesta percepção do mal. A sua decomposição, a sua estagnação, o seu fedor, é que transmitem a morte. O eflúvio, só por si, é ameaçador. O odor concretiza os riscos. Outra história, igualmente divulgada, relativa à morte propagada pelas cloacas e pelas matérias que as impregnam: «A 13 de Julho de 1779, o jardineiro do hospital de Béziers foi mortalmente atingido pelo gás mefítico que a água destinada a regar o jardim exalava; a água vinha de um esgoto que recebia parte das águas que corriam nas ruas.»<sup>17</sup> Finalmente, quando em 1780 a parede de uma cave parisiense se desmorona sob o peso dos túmulos vizinhos, várias testemunhas contam que o odor asfixiou o proprietário<sup>18</sup>. O perigo, mais uma vez, decorre do amontoado de mortos. Os receios não param de se avivar.

O que era entendido como acompanhamento quase inevitável do meio ambiente humano, o que era banal à força de tão próximo se encontrar, transpõe o limiar do intolerável: cidades empestadas, imundícies acumuladas, odores das águas estagnadas. A morte espregia os locais infectos. O fedor não só é incomodativo como é perigoso. Em certos locais da cidade, a atmosfera torna-se insuportável. No chão, «os detritos misturados com a água dos canais, e sobretudo com as águas gordurosas vindas das cozinhas, formam uma lama infecta que a considerável quantidade de ferro que contém torna negra e suja»<sup>19</sup>. Nos matadouros, «a permanência das matérias animais provoca febres pútridas»<sup>20</sup>. E, por fim, os locais em que se aglomeram mortos e vivos, os cemitérios, e também os hospitais, cujos eflúvios desencadeiam as gangrenas húmidas que impedem a cicatrização das feridas e das úlceras. A acumulação dos detritos e dos corpos alimenta uma sãnie não controlada: «Camas impregnadas de substâncias fétidas, pilhas de roupa e de pensos poucas vezes renovados, instalações sanitárias e salas de doentes com febres mal isoladas das salas destinadas a feridos.»<sup>21</sup>

Inicia-se então o recenseamento destes locais e das suas «confusões purulentas»<sup>22</sup>, ao qual se vem juntar a insistente ligação entre mau cheiro e sujidade, dos espaços e dos corpos. Mas não dos espaços nobres ou burgueses: os locais em causa são aqueles em que se amontoam os pobres, e os corpos são aqueles que a roupa nem sempre protege. É o povo o principal atingido. Destes recenseamentos e das normas que lhe estão subjacentes nascem progressivamente, a partir de 1780, as premissas de uma «higiene pública», prefigurando o que se irá desenvolver no século XIX. Evoçar a higiene é contrariar a «negligência» popular, o fedor urbano, a promiscuidade incontrolada. Na década de 1780, a crítica não se cinge ao artifício dos aristocratas: as práticas do povo começam a ser condenadas como nunca o tinham sido.

Os espaços são os primeiros a ser atingidos. Cemitérios, prisões, hospitais, matadouros, povoam bruscamente a cidade de abcessos sinistros, até provocarem a remodelação do espaço urbano. Surgem reformas, no fim do século, destinadas a aumentar a circulação e a renovação do ar, para apagar os focos demasiadamente sensíveis de fedor. É preciso evitar, em primeiro lugar, as atmosferas estagnadas: deslocamento dos cemitérios cujos vapores preocupam, proliferação de reformas para alterar a arquitectura e a localização dos hospitais, medidas mais precisas contra a sedimentação dos detritos. Na noite de 7 de Abril de 1786, pesadas carroças começam a transferir as ossadas do cemitério dos Santos Inocentes para as pedreiras subterrâneas de Paris. Estranha fila de túmulos conduzidos à luz das tochas e ao ritmo de operações murmuradas em surdina. Algumas testemunhas surpreendem-se com o espectáculo: os ossos vão caindo de quando em vez dos pesados carregamentos, os restos humanos formam um amontoado disforme, o cheiro é insuportável. Mas esta mudança dos mortos parisienses é a primeira de uma longa série<sup>23</sup>. E é também o primeiro acto de uma higiene que virá abalar o espaço público.

A partir de 1790, as habitações por cima das pontes são demolidas, as construções devem obedecer a um alinhamento<sup>24</sup>. A cidade deve ser «arejada». Há mesmo quem sonhe com máquinas para agitar o ar, enormes asas instaladas nas esquinas das ruas, como velas de moinho, mas com função inversa, já que se trata de provocar vento e não de o utilizar: agitar o ar com grandes palas movidas pela força dos rios, por exemplo. Estas máquinas nunca serão uma realidade, mas o seu projecto diz-nos muito quanto às preocupações da época. A paisagem da época das Luzes muda no fim do século. A conquista do espaço que Paris ganhou ao Sena, com a libertação das pontes, simboliza-o bem. A cidade aumenta a partir do centro<sup>25</sup>, exigência surda de aumentar o ar em volume e em mobilidade. É esta insistência exercida sobre o ar que nos pode levar a compreender a atenção dedicada à higiene popular. E é também ela que nos pode levar a compreender a sua especificidade.

Topografias médicas e inquéritos penetram por vezes nos espaços privados do pobre. Examinam os odores das camas e dos corpos. Investigam o que se passa nos cantos, as matérias que apodrecem longe dos olhares. Os médicos rivalizam então na descrição da sujidade e dos maus cheiros: «O povo mal alimentado, mal alojado, vivendo em promiscuidade, susceptível de medos e terrores é a primeira e mais numerosa vítima.»<sup>26</sup> Alguns médicos acabam por descrever a sua própria sensação perante tais limitações. Interrogam-se bruscamente sobre um fenómeno que parecem ter descoberto. Têm mais dificuldade em suportar aquilo que sempre tinham visto. Reactivam a oposição entre o conhecimento e a ignorância. Todo este fedor, que acusam de provocar doenças, gera surpresa, desespero. Os seus textos insistem nas mesmas imagens, tão fortes, por vezes, que deixam transparecer sub-repticiamente impotência e resignação: «Quando puxava os braços dos doentes enrolados em cobertores, o cheiro que exalava da cama atingia-me o coração e quando pretendia assegurar-me do estado da sua língua, era obrigado a subir para cima de um banco no qual assentava a cama; submetia-me, assim, a baforadas de um hálito capaz de abater um cavalo. Muitas vezes, retirava-me

coberto de pulgas ou completamente arrepiado.»<sup>27</sup> A promiscuidade reforça a inquietação do terapeuta. Ao intensificar as emanações, a acumulação de corpos multiplica também os perigos. O texto médico denuncia estas misturas como nunca o fizera. A doença resulta deste amontoado de hálitos, de coisas, de pessoas, entrecruzando os seus odores confusos: nos lugares da Bretanha, por exemplo, onde os pobres «dormem com os doentes na mesma cama, não mudam a palha dos colchões quando está amassada, ocupam os leitos daqueles que morreram por doença»<sup>28</sup>. E também nos hospitais, onde a promiscuidade e a sujidade são ainda mais preocupantes. O tema do leito — com as suas justaposições de corpos lado a lado, ou dos pés para a cabeça, há muitos evocados nas deliberações do Hôtel-Dieu<sup>29</sup> — torna-se um lugar comum de condenação. Na ausência de explicação química, a metáfora vegetal explora o recurso ao estrume e ao húmus, aos excrementos e fermentações. É neste espaço fechado e sobreaquecido que nascem as piores exalações. O mal cresce como fermento. Os odores concentram-se para fazer germinar as febres malignas. Os contágios propagam-se na tepidez e no terreno da transpiração, gangrenas alimentando-se de eflúvios sufocados, decomposições desenvolvendo-se em contacto com os corpos mortos: «A sarna não se eternizará? O calor provocado por quatro ou seis doentes não torna os humores mais ácidos e os pruridos mais insuportáveis? E este calor não alimentará, não multiplicará os parasitas? Este calor não desenvolverá o fedor que não pode deixar de existir nestes leitos e que se torna ainda mais insuportável quando os doentes se encontram deitados uns para os pés e outros para a cabeça?»<sup>30</sup>

Todas estas práticas dizem respeito ao povo, ou mesmo aos pobres. Sobretudo a partir de 1780, as topografias médicas estabelecem cada vez mais a distinção entre a sujidade popular e o bem-estar burguês traduzido por uma menor aglomeração: em Paris, por exemplo, Menuret descreve as «pessoas abastadas» «menos expostas» ao contágio por se encontrarem menos apertadas nas habitações; em Lião, Berthelto associa miséria, sujidade e doença: «Os operários de Lião levam uma vida muito diferente da das pessoas abastadas; são habitualmente magros e secos, de estatura pouco avantajada (...). A sujidade e o mal-estar destes operários são de tal ordem que, por vezes, na mesma armação de madeira dormem 12 ou 15 pessoas, cuja roupa é mudada apenas uma vez por semana.»<sup>31</sup> Esta percepção diferenciada também é transmitida pelos textos dedicados à saúde. Quando, em 1791, Ganne passa em revista algumas condições de vida para avaliar melhor os «meios de evitar diversas doenças», insiste na higiene do povo como «condição indispensável»<sup>32</sup>. *La Gazette de santé* repercute, enfim, o mesmo tema, apontando alguns dos perigos: definhamento ou mesmo despovoamento. Os primeiros demógrafos começam a desenhar o espectro de uma morte selectiva muito especial: «Uma das principais causas da perpetuação das doenças na cidade é a sujidade geral e a falta de hábitos que tendem à conservação dos homens: hábitos desconhecidos, sobretudo entre o povo, permanentemente infectado por doenças cutâneas e contagiosas, tão frequentes nesta cidade.»<sup>33</sup>

Certas regras mudam no fim do século. Nos hospitais, em particular, onde se criam laboriosos mecanismos para individualizar as camas, limpar em redor, eliminar os dejectos. Chirol chega a conceber portas corrediças dissimuladas atrás

das camas. Estas, deslizando por calhas próprias, facilitariam a limpeza dos quartos e a evacuação dos dejectos por corredores especiais<sup>34</sup>. Por seu lado, Garat, «mestre carpinteiro», propõe, em 1779, uma cama que sustenta o doente inválido por meio de um sistema de alavancas móveis. O conjunto facilita a mudança de bacias, roupas, lençóis<sup>35</sup>. Mecanismos muitas vezes demasiado complexos para serem aplicados, mas que salientam o cerne das preocupações. Para além da lenta individualização da cama, a verdadeira transformação incide definitivamente na roupa: número de camisas atribuídas ao doente pobre, regularidade da sua substituição. As normas, há muito aplicadas pelas *élites*, começam a desempenhar algum papel nestas instituições destinadas à maioria. Começa a existir uma higiene já antiga como se a prática «pensada» para o povo devesse implicar desfasamento e tempo de latência. É a higiene tradicional e não a que se encontra directamente presente no nobre ou no burguês que serve de primeira referência.

A gestão da roupa encontra, no âmbito do hospital, uma aplicação que este ignorava. As crianças recolhidas pelo Hospício de Paris recebem, no ano VII, «quatro camisas e três lençóis, dois pares de meias de Inverno e três pares de peúgas»<sup>36</sup>; até então, camisas e meias não tinham sido mencionadas<sup>37</sup>. Também o *Cahier des charges pour les hospices de Paris* determina, na mesma data, que os «doentes e indigentes mudem de roupa no décimo dia de cada década e mais frequentemente se for necessário, com excepção dos doentes com sarna ou doenças venéreas»<sup>38</sup>; aparentemente, a mudança de roupa não era considerada alguns decénios antes, com excepção, talvez, do hospício dos incuráveis, onde a camisola era substituída todos os meses em 1769<sup>39</sup>. Este tema está ainda mais presente nos hospitais ingleses. Em Harker, por exemplo, perto de Gasport, a camisa dos doentes é mudada de quatro em quatro dias; barretes, cuecas e meias, todas as semanas<sup>40</sup>. Em certos hospitais militares, cujo regulamento é comentado e relatado por Daignan, em 1785, existe um enfermeiro especialmente encarregado de manipular a roupa dos doentes, de os mudar e de recorrer, por vezes, à ablução: «Ocupa-se unicamente de lavar os pés aos doentes que entram, por ordem dos médicos, de os pentear, de lhes mudar a roupa e de os deitar. É difícil imaginar quão necessários são estes cuidados para o sucesso do tratamento das grandes doenças que se agravam na maior parte das vezes quando não se realizam as evacuações da pele, impedidas quase sempre pela sujidade e a falta de higiene.»<sup>41</sup> O argumento desenvolveu-se: não é só o odor que conta, é também o papel funcional das excreções; a higiene contribui para o bom funcionamento dos órgãos. Já Pringle o afirmava alguns anos antes: «Observei nos hospitais que, quando chegava algum doente com febres, nada lhe provocava mais suores do que uma lavagem dos pés com vinagre e água quente, vestindo em seguida roupa branca.»<sup>42</sup> Abluções locais, sem dúvida, permitindo (muitas vezes unicamente com a lavagem dos pés) «libertar» os humores. O que realça pelo menos a importância de uma preocupação funcional.

No entanto, não é a ablução que prevalece em todas estas referências e em todos estes projectos. Até Poyet, ao imaginar a mudança do Hôtel-Dieu para a ilha dos Cisnes, em 1786, pensa poder criar uma «quantidade de banhos indeterminada»<sup>43</sup>. Até Tenon, ao enumerar as transformações necessárias ao Hôtel-Dieu,

mais uma vez, propõe a instalação de cadeiras mecânicas ou de redes móveis, com a ajuda das quais certos doentes seriam mergulhados num banho frio<sup>44</sup>. Poyet, entre outros, insiste em criar grandes correntes de ar: corredores circulares e abertos, salas orientadas de maneiras diversas, recebendo cada uma delas ventos especiais, com a rosa-dos-ventos a servir assim a topologia das paredes e a orientação das janelas.

A reforma do hospital é largamente dominada pelo princípio do arejamento e da evacuação dos detritos, pelo da individualização dos leitos e, por fim, pelo da higiene assegurada pela roupa. Se a evocação do banho considerado necessário para o povo existe neste fim de século, é essencialmente em outro contexto: o dos projectos destinados a reordenar a gestão da água e sua distribuição. É na invenção de novas capilaridades, encarregadas, entre outras coisas, de limpar melhor as ruas ou de as refrescar mais eficazmente, que o banho popular é, por vezes, evocado.

### *A água que corrige o ar*

A descrição alarmante da promiscuidade e dos detritos suscita, no último terço do século XVIII, uma proliferação de propostas destinadas a aumentar a alimentação em água e a sua distribuição pela cidade. Fantasias em volta de líquidos que drenariam o solo em declives bem traçados, de fontes que regariam os mercados, de escoamentos que, arrastando os detritos, corrigiriam, enfim, os odores. A bomba de Notre-Dame, construída um século antes, as condutas de Arcueil e de Rungis, as velhas nascentes de Belleville e de Pré-Saint-Gervais nunca pareceram tão insuficientes<sup>45</sup>. O consumo de água torna-se um problema de estratégia colectiva, como nunca fora. A imagem da cidade impõe agora a de uma água capaz de correr regularmente pelas ruas. Trata-se de criar redes. Estas seriam feitas não de esgotos sistematicamente cobertos e articulados ou de canalizações que, colectivas, se ramificariam em condutas individuais, mas de pontos de distribuição mais numerosos e mais repartidos. O objectivo continua a ser a difusão por meio de rega e o alcance dos bairros mais afastados, multiplicando as fontes de escoamento. A cidade seria como que «lavada» por uma água capaz de arrastar tudo o que estagna e apodrece. A maior parte das topografias médicas opta, a partir de 1780, por esta associação entre uma nova mobilidade da água e a necessária correcção do ar. Suprimir os odores, é sobretudo reforçar a presença de um líquido capaz de se propagar, escorrendo: «Não será lícito pretender ver estabelecidas em Lião, e em todas as cidades principais, máquinas que aspirassem a água dos rios espalhando-as em seguida pelas cidades, onde circulariam livremente pelas ruas; a salubridade do ar, a frescura no Verão e ao mesmo tempo a higiene das ruas seriam os bens preciosos daí decorrentes.»<sup>46</sup> Por seu lado, Menuret propõe «armazéns de água», donde a água brotaria em intervalos regulares, escorrendo e espalhando-se ao longo das ruas<sup>47</sup>. No debate já largamente estudado, entre a solução «passiva» de uma água transportada por aquedutos e canais e a solução mais «activa» de uma água aspirada de rios que

atravessam as cidades, está sempre no horizonte a irrigação das ruas. A rega evita odores e doenças: «Nos dias de grande calor, as ruas deveriam ser regadas duas vezes por dia, evitando-se assim, talvez, muitas doenças.»<sup>48</sup>

É neste quadro de uma nova alimentação em água que por vezes se evoca o tema do banho destinado ao povo. Poderiam instalar-se estabelecimentos colectivos junto aos novos pontos de abastecimento. A presumível abundância do líquido tornaria possível estas construções. A alusão, embora discreta, é bem real. Já em 1765, D'Auxiron integra a criação destes banhos no seu projecto de máquinas de fogo aspirando a água do Sena acima de Paris: «Pode construir-se um magnífico monumento para encerrar as máquinas e as suas dependências. Pode embelezar-se o principal castelo de água e os banhos quentes e frios que me proponho construir e que tão úteis serão para o povo.»<sup>49</sup> Lavoisier, por sua vez, serve-se do mesmo contexto para evocar uma ablução popular: «Não há dúvida de que tamanha carência de água contribui para a falta de higiene do povo e para tornar insalubre o ar da capital.»<sup>50</sup> Por fim, Deparcieux, com a sua proposta de um aqueduto transportando água do Yvette até ao Estrapade, para em seguida a propagar melhor pelos bairros de Paris, não deixa de evocar a possibilidade de criar «banhos e bebedouros públicos»<sup>51</sup>. O tema está presente, é enunciado, o povo deveria dispor dos «seus» banhos. Esta exigência adquire um estatuto, pelo menos teórico. A higiene popular pode ser reformulada. Começa a pensar-se numa água para lavar o povo, mesmo que não se trate de um banho privado e de água corrente nos alojamentos. Esta reformulação continua a ser, no entanto, profundamente «teórica». Há enunciados que não alteram as práticas.

As bombas de fogo de Chaillot concretizam, em 1782, uma solução temporária para distribuir melhor a água de Paris, no fim do século XVIII<sup>52</sup>, mas os «banhos para o povo» não chegam a ser criados. Exigiam certamente um investimento que outras urgências tornaram impossível. E talvez exigissem também grandes quantidades de água. Mas, mais profundamente, se não aparecem, é porque ainda não correspondem ao limiar, nem à imagem, da higiene colectiva realmente esperada. A sua utilidade não se impõe. De resto, esta «ausência» vem realçar o que é importante na nova circulação da água. É evidente que esta aproxima o líquido das habitações, embora não seja concebida, ao contrário do que acontecerá mais tarde, para atingir cada lar: «O povo e sem dúvida a maior parte dos habitantes não podem dispor de fontes particulares.»<sup>53</sup> Mas, se este dispositivo diz respeito à salubridade, é sobretudo por apontar para a drenagem dos espaços colectivos. A atmosfera e o ar são prioritários. E a água purifica-os tanto melhor quanto melhor puder atingir as ruas. Só o seu movimento absorve os odores. Representação de remoinhos afogando as impurezas. Imagem física de cascatas destruindo e dissolvendo a poeira. A água atrai e destrói. O ar é, portanto, lavado: «A água corrente exerce uma atracção sobre o ar, em consequência da qual absorve os miasmas pútridos de que está carregado.»<sup>54</sup> O princípio só se impõe com os novos dispositivos de distribuição. É ele que permite criar armazéns de água em Paris, como o da Rua Vivienne, aberto regularmente para lavar as ruas<sup>55</sup>. As cidades de província também o adoptam: Bordéus, Caen e até Aurillac<sup>56</sup>.

Esta insistência numa água encarregada de purificar o ar é tanto mais impor-

tante quanto realça o essencial da relação entre o salubre e o insalubre no fim do século XVIII. A atenção dedicada ao ar prevalece largamente sobre a lavagem do corpo. É o que torna a imagem do camponês tão ambígua; a sua existência comporta tudo o que os inquéritos denunciam: promiscuidade e indiferença em relação à roupa. Contudo, o ar é suficiente para construir um modelo de vida saudável: «No campo, os camponeses que habitam em estábulos não parecem afectados pelo mal-estar; mas, dado o seu modo de vida, respiram muitas vezes um ar diferente.»<sup>57</sup> Em 1780, o camponês ainda continua a ser, quase contraditoriamente, uma referência de saúde, mesmo de salubridade. É a atmosfera «purificada» que faz tudo: «A constituição física dos habitantes de Paris é surpreendentemente menos robusta do que a dos habitantes dos campos, porque o ar de Paris não é tão puro nem tão móvel como o dos campos.»<sup>58</sup> Impõe-se, por fim, uma diferença na contabilidade dos mortos. Em primeiro lugar, ainda é o ar que determina a longevidade. A morte atinge «um habitante em 40 nos campos (...) contra um em 24-26 nas cidades»<sup>59</sup>, segundo Tourtelle, em 1797. Para Poyet, a proporção passa de 1 para 40 para 1 para 28<sup>60</sup>. Proporção estabelecida de forma diferente por Daignan, em 1786, mas mais eloquente ainda: a esperança de vida passa de 40 para 22 anos quando se passa da aldeia na colina para a cidade mineira<sup>61</sup>. Estes números, sempre pouco explícitos (é difícil conhecer as suas fontes), confirmam, pelo menos a força de um imaginário.

Uma política de saúde, centrada pela primeira vez na longevidade das populações, explorando também pela primeira vez uma estratégia da água e uma crítica do *habitat* popular, decorre, como é evidente, da sua visão centrada no ar.



## BANHOS E ABLUÇÕES PARCIAIS

Com as teorias de um banho popular pouco aplicadas e com um imaginário do frio de repercussões bem mais desenvolvidas, se bem que limitadas, a segunda metade do século XVIII renovou essencialmente as suas representações. A ligação inédita entre a higiene e o vigor, apesar de fundamental, nem sempre transpôs o limiar da abstracção. E o tema de uma atenção mais vigilante em relação à pele nem sempre provocou a transformação da ablução. No entanto, produziram-se algumas mudanças apreciáveis: do aspecto do rosto à nova circulação da água. Estratégias inéditas e normas de salubridade também alteraram, por vezes, os espaços públicos e os espaços privados. Mas só a partir de 1780, pelo menos para alguns, as condições concretas da higiene começam insensivelmente a mudar. A presença do banho, em particular, já não é verdadeiramente a mesma.

*A generalização do banho*

Há uma exigência, socialmente muito circunscrita, que acaba por se realizar. Criam-se novos hábitos, transformam-se certos gestos. Se, por exemplo, os projectos para aumentar o volume de água consumível não conduziram à criação de banhos populares, tiveram, no entanto, alguma ligação com o banho privado. Os irmãos Périer, prometendo levar às suas canalizações de chumbo aos clientes mais afortunados, exploram o tema do banho num prospecto de 1781. O facto de lhe atribuírem um efeito sedutor, pelo menos para os mais ricos, não pode ser ignorado: «As enormes vantagens desta inovação residem na quantidade de água que se pode ter à disposição, sem interrupção; em poder tomar banho em casa, sem despesas e sem incómodos (...)»<sup>1</sup> De resto, D'Auxiron observa as mesmas distinções no seu projecto de 1769: «Haveria igualmente abundância de água nas cozinhas, nos banhos, nas pias de despejo, nas estrebarias e nos jardins de todos os senhores que assim o desejassem.»<sup>2</sup> O termo «senhor» designa só por si o público abrangido. O volume de água transportado pelas bombas de Chaillot, em 1782, é inferior às expectativas<sup>3</sup>. Não veio alterar verdadeiramente a disponibili-

dade individual de água da maioria. Mas, nos últimos anos do século, torna-se mais frequente a instalação de casas de banho.

Os testemunhos deste crescimento podem ser difusos, como a afirmação muito breve, e sobretudo exagerada, da *Gazette de santé*, assegurando que «os banhos em Paris se multiplicaram até ao infinito»<sup>4</sup>. Os testemunhos podem ser mais precisos, como a indicação de Ronesse, formulada em 1782, e baseada em índices imobiliários: «A água que chega às nossas casas é infinitamente mais considerável do que era há quinze anos; o que resulta do uso frequente dos banhos, que os médicos hoje receitam em maior número de doenças do que antigamente e do gosto que o público adquiriu por esta prática; assim, há casas de banho em todas as casas recentemente construídas e, quando um particular abastado pretende alugar um apartamento, considera a casa de banho uma das divisões mais essenciais.»<sup>5</sup> Afirmações estas que merecem ser bem examinadas. Com efeito, os ordenamentos nos palacetes particulares sugerem opiniões mais ponderadas. Quando Kraft inventaria, em 1801, os planos de 66 luxuosos palacetes, construídos entre 1770 e 1800 (sobretudo a partir de 1775), menciona 20 casas de banho<sup>6</sup>. Esta percentagem de 30 por cento é largamente superior à de 6 por cento, obtida em idênticos recenseamentos, em 1750<sup>7</sup>. E não deixa de sublinhar que, em 1800, «só» uma em cada três grandes residências privadas possui casa de banho. O aumento é sensível. Está longe, evidentemente, de abranger as habitações mais ricas na sua totalidade. É sobretudo a alteração verificada em poucos anos que está em causa. E esta é suficiente para sugerir às testemunhas a sensação de transformação. E é suficiente, sobretudo, para que este tema constitua uma presença tangível nas preocupações dos privilegiados.

Esta presença é paralela à instalação de alguns banhos públicos, muitas vezes luxuosos, também a partir de 1780. Instituição elitista, portanto, e não popular. O modelo continua a ser o estabelecimento Poitevin<sup>8</sup>, do qual se construíram cinco réplicas em Paris, entre 1780 e 1800<sup>9</sup>: exploração do rio pelos barcos captando a água da corrente, depois distribuída pelas cabinas, funcionando como casas de banho. Estes estabelecimentos, como o de Poitevin mais uma vez aliam ao banho simples o banho hidróterapêutico. Os banhos Albert, em particular, instalados em 1783, harmonizam duches ascendentes e duches descendentes para combater «as dores reumáticas, a paralisia, as entorses, as distensões, as dores de rins, a gota, a ciática (...)»<sup>10</sup>. Mas a finalidade destes dispositivos é mais claramente a higiene. É o caso dos banhos chineses, construídos na mesma data por Turquin<sup>11</sup>, e dos banhos Vigier, assegurando a gestão de três barcos, a partir de 1790<sup>12</sup>, todos eles «recomendáveis devido à ordem e à limpeza que neles reinam»<sup>13</sup>. Os preços seleccionam uma clientela abastada: 2 libras e 8 cêntimos, no Albert, e 3 libras e 12 cêntimos no Gaignard, em 1787<sup>14</sup>, o que corresponde a perto de três a cinco vezes o salário diário de um jornaleiro. Os mais baratos são os banhos chineses, que oferecem uma banheira por 24 soldos, o que ainda representa quase o dobro do salário diário de um jornaleiro<sup>15</sup>. Estas inovações não surgem unicamente em Paris. Pela mesma época, instalam-se os banhos Bourrasier, no Ouche, em Dijon<sup>16</sup>, os banhos Dusaussay, no Orne, em Caen<sup>17</sup>, e alguns estabelecimentos no Ródano e no Garona<sup>18</sup>.

Dispondo em Paris, em 1790, de cerca de 150 banheiras, número que duplica em 1800<sup>19</sup>, estas instituições marcam uma mudança. É ao descrevê-las que Saint-Ursins evoca, em 1804, «o uso do banho recentemente introduzido entre os Franceses»<sup>20</sup>. Surgem ocasionalmente nos romances e nas memórias: M.<sup>me</sup> de Genlis afirma ter sido perseguida até aos banhos Poitevin por um admirador anónimo; uma personagem de Rétif afoga-se numa banheira de Vigier, no fim do século<sup>21</sup>. Dizem respeito, como é evidente, a um público restrito. Mercier, em 1789, menciona a sua originalidade, enquanto realça os seus limites quantitativos e sociais. Estas instituições destinadas à higiene ainda eram muito pouco frequentadas. Mercier indigna-se: «No rio, há banhos quentes a 24 soldos, mas sem direito a roupa. É o que os Parisienses têm à sua disposição para se lavarem. Pois bem, metade da cidade nunca se lava e nunca tomará um banho até ao fim da vida.»<sup>22</sup> Alguns anos mais tarde, Rétif é ainda mais severo: o reduzido número destes estabelecimentos trairia «a sujidade da maior cidade do mundo»<sup>23</sup>. Lamentações e «comprovações». A legitimidade do argumento parece transparente. Sanciona uma realidade, chegando mesmo a apresentar números. Mas esta realidade é ela própria inédita. Os banhos, seja como for, implantaram-se. E a verificação da sua insuficiência é só por si um sinal de mudança: criaram-se instalações, acompanhadas do desejo de aumentar os seus atractivos. É precisamente porque os banhos começam a existir que estas expectativas, estas comparações, até mesmo estas recriminações, podem por sua vez ser formuladas. Inverte-se o sinal: os estabelecimentos do fim do século, com os seus requisitos ou os elogios que suscitam, revelam sobretudo a existência de uma prática. Revelam igualmente um significado mais íntimo do que a ablução: no último decénio do século XVIII, os banhos Vigier, assim como os banhos chineses, referem-se essencialmente à higiene do corpo.

Assim, o banho instala-se lentamente nas práticas da *élite*, já mesmo no fim do século XVIII. A sua presença é simultaneamente limitada e real. Esta presença torna-se mais «utilitária». O papel da água é mais «funcional», ou mesmo mais «neutro». Parece firmar-se uma familiaridade circunscrita. No entanto é impossível escapar a todas as complexidades do passado. O acto de Corvisart, em 1810, ao proibir à imperatriz Maria Luísa o abuso de banhos quentes para melhor preservar a sua fecundidade<sup>24</sup>, revela a permanência de reservas quanto ao enfraquecimento e ao langor. A acção física da massa líquida envolvendo o banhista, exercendo sobre ele o seu peso, conserva o seu valor sugestivo. Mas o poder da água continua a não se limitar à lavagem. E Pissis explica ainda, pacientemente, em 1802, que «o banho relaxa as fibras já fracas e aumenta o volume dos humores»<sup>25</sup>.

O próprio Pissis não consegue imaginar outro recurso senão «a água e a roupa» para eliminar «a sujidade repugnante e fétida»<sup>26</sup>. O texto higiénico hesita agora quanto às virtudes intrínsecas do frio. Não as rejeita deliberadamente, mas atribui mais importância à água tépida. Calcula uma temperatura específica da higiene. Hufeland, por exemplo, grande apreciador de banhos frios, teórico das reacções internas do organismo e da dinamização das fibras, desenvolve, na sua obra *Art de prolonger la vie humaine*, publicada em França em 1810, considerações

paralelas quanto ao banho tépido de limpeza<sup>27</sup>. Willich, muito atento ao endurecimento da infância, também se interroga, em 1802, sobre as possíveis limitações do frio, «expondo-nos a todas as vicissitudes dos climas e das estações»<sup>28</sup>. Protat, dando toda a liberdade à referência natural, recomenda, em 1802, a água previamente aquecida pelos raios do Sol, pelo menos no Verão<sup>29</sup>. Seja como for, o texto higiénico associa agora mais frequentemente o banho e a higiene, a água e a pele. É posto em prática por uma franja social estreita e privilegiada. É ao associar este banho à imagem da parisiense afortunada que Rétif sonha com ninfas e sílfides: «Um banho frequente defende a sua saúde na estação quente e, mesmo no Inverno, passa alguns minutos, três vezes por semana, mergulhada em ondas tépidas (...).»<sup>30</sup> É esta prática que constitui uma verdadeira originalidade.

### As abluções parciais

Esta prática também deve ser compreendida na sua diversidade e nas suas variantes. O banho da *élite* adapta-se muito bem a fórmulas «intermédias». Entre a mudança de roupa e a imersão aumentaram os gestos de uma higiene «local»<sup>31</sup>: recurso aos semicípios e à lavagem dos pés, insistência nas fricções em substituição da ablução, embora atingindo a pele, «principalmente nas articulações e nas partes menos atreitas ao contacto com o ar»<sup>32</sup>. Foi entre a *élite* que estas práticas «restritas» se instalaram no fim do século XVIII. Mantêm a limpeza no intervalo dos banhos ou são muito simplesmente o seu substituto ou equivalente. M.<sup>te</sup> Avrillon usa de uma ironia ingénua ao descrever Josefina «presa pelos pés e pela cabeça», quando a nova imperatriz lava as pernas, enquanto a penteiam<sup>33</sup>. Basta atentar no gesto colérico de Napoleão, quebrando contra a parede a bacia de faiança destinada à lavagem dos pés, para avaliar a extensão desta ablução. Foi precisa a sobrevivência irregular destas práticas de higiene aristocráticas e «públicas», semelhantes às do Antigo Regime, para que Rémusat descrevesse a lavagem quotidiana das pernas deformadas de Talleyrand, no início do século XIX: perante olhares atentos, o ministro liberta as pernas das meias de lã e das faixas de flanela, antes de as mergulhar numa pequena selha de água de Barrèges<sup>34</sup>. Lavagem e hidroterapia estão, de resto, intimamente ligadas, neste caso.

Todas estas práticas parciais parecem revelar essencialmente que a frequência (ainda raramente apontada) do banho implica, inversamente, a importância destas abluções locais. Única certeza, mas significativa: quando, num tratado sobre a higiene, Caron procura fornecer, em 1806, uma definição de limpeza, não consegue ignorar «os cuidados exactos do corpo», não pode deixar de mencionar também as «lavagens frequentes»<sup>35</sup>, embora estas lavagens estejam muito longe de constituir sempre imersões. A definição de higiene não pode ser evocada, pelo menos no caso da *élite*, sem que seja ultrapassado o obstáculo do vestuário.

Mas a verdadeira importância do tema é outra. É a paisagem social da higiene que se define com as abluções parciais. Estas constituem o melhor indicador, depois do uso da água se tornar mais «funcional». São elas que traçam, no fim do século XVIII, as áreas e as fronteiras. Os objectos a que recorrem tornam-se

outros tantos sinais. Peças de faiança, móveis íntimos, disposições especiais, revelam que, com o fim do Antigo Regime, se iniciou uma transformação em profundidade. Longe dos textos, fora das banheiras e também dos banhos, a higiene já não se limita à roupa ou às partes visíveis do corpo.

O bidé, por exemplo, ainda uma excepção no universo burguês de 1770, torna-se mais corrente a partir de 1780, permanecendo no entanto totalmente ausente do universo dos artífices e dos operários. Penetra mesmo em casa de certos grupos «intermédios», próximos dos exemplos da *élite*: escreventes, serviçais, assalariados isentos de tarefas «manuais». Jacques-Auguste Cerfvol, subchefe de gabinete no Departamento das Obras Públicas, cujo filho se torna verificador nos correios, possui um bidé, em 1797<sup>36</sup>. Ainda em 1797, Adrien Gobeau, enfermeiro nos Inválidos, também possui um<sup>37</sup>. Este móvel aventura-se pelas habitações de alguns eclesiásticos: pela do cônego Afforty, por exemplo, em Senlis, em 1786<sup>38</sup>. Quando existe, este mesmo móvel ocupa, de resto, os interiores que já possuem várias peças e dispõem de um mobiliário requintado (embutidos, vasos, quadros). Nas habitações burguesas, precisamente, os espaços começam a diferenciar-se, as alcovas dispõem de um toucador contíguo e os quartos de uma dependência. Um bom exemplo é a casa alugada pelo casal Rochezeuil, no abastado bairro da Madeleine: quartos com toucadores contíguos, mobiliário variado e por vezes precioso (secretárias, estantes, mesas de jogo, retretes), pátios com várias cocheiras, uma das quais acolhe um cabriolé. O inventário realizado por ocasião da morte de Charles-Nicolas Rochezeuil, em 1800, dá conta de um bidé em metade dos quartos<sup>39</sup>.

Mais generalizadas estão as cânulas e seringas concebidas para abluções íntimas ou para injeções terapêuticas. Acompanham em geral o bidé e a bacia de faiança. Mas são mais comuns do que o próprio bidé. Várias casas de artífices e algumas de camponeses começam a utilizá-las a partir de 1780. Um agricultor da Picardia, em Aubercourt, por exemplo, possui na sua cozinha, em 1787, «uma seringa e duas cânulas de estanho»<sup>40</sup>. Paul Durand, fabricante de rendas, possui «uma seringa de estanho», em 1788<sup>41</sup>, e a viúva de um curtidor de peles parisiense, Duval, «uma seringa grande e outra pequena, de estanho», em 1797<sup>42</sup>. Actos íntimos pouco comentados, é difícil referenciar os gestos que recorrem a estes instrumentos. Ablução regular? Acto terapêutico? É difícil distinguir. A categorização do objecto já de si é duvidosa: utensílio arcaico das terapias digestivas, ou instrumento mais delicado da higiene íntima? O facto do inventário de Victoire Goilly, mulher de um artilheiro voluntário das guerras revolucionárias, descrever, em 1795, «uma seringa e uma seringa de mulher com cânula» indica a diversidade das utilizações<sup>43</sup>. Contudo, esta «preocupação de saúde genital»<sup>44</sup> não atinge o povo. Fica-se geralmente pelas margens.

As bacias são, evidentemente, os instrumentos de higiene mais generalizados no fim do século XVIII. Peças de estanho ou de faiança para os mais ricos (bicas, por vezes, encimando uma bacia fixa), vasos de grés ou de barro para os outros, fazem parte das louças. O seu número aumenta no fim do século XVIII, sobretudo entre o povo. Reúnem-se, assim, a lavagem do rosto e das mãos, a conservação do vestuário e a mudança de roupa: a higiene tradicional, em suma, essen-

## AS FUNCIONALIDADES DA PELE

Refugiado secretamente em casa de amigos, os Guidoboni-Visconti, Balzac esconde-se, em 1837, no apartamento que eles possuem nos Campos Elíseos. Perseguido pelos credores, pretende redigir em poucas semanas *La Femme supérieure*, romance há muito comprado e pago por *La Presse*, assim como vários contos igualmente prometidos por contrato. Trabalha de noite. Esgota-se, come pouco, passa cada vez mais horas acordado e acumula chávénas de café, mas cumpre o projecto: um mês depois, o romance está terminado. Balzac, entretanto, não se barbeou nem se penteou, passando todo o tempo sentado à mesa de trabalho, barbaramente escudado.

O episódio não mereceria comentários se Balzac não tivesse comentado o seu próprio regresso a uma vida mais «normal»: a higiene recuperada, alguns cuidados físicos, e também descanso. Uma ocasião de revelar a necessidade e a ambiguidade das abluções após um mês de extrema reclusão. Balzac toma banho, por exemplo, mas corre um risco.

A languidez preocupa este trabalhador encarniçado, a água «pode» enfraquecê-lo: «Depois de ter escrito esta carta, tomarei o meu primeiro banho, não sem receio, pois tenho medo de relaxar as fibras contraídas até ao último grau, e terei de recomeçar para escrever *César Birotteau*, já se estando a tomar ridículo tão grande atraso.»<sup>1</sup>

Balzac é sensível às abluções: quando morou na Rua Cassini, em 1828, mandou construir uma casa de banho revestida de estuque branco, no prolongamento directo do quarto<sup>2</sup>. Este exemplo encerra um significado: o banho foi insensivelmente ganhando terreno na primeira metade do século XIX. Mas as hesitações de um Balzac esgotado e nervoso mostram quantos problemas esta prática ainda suscita.

Simultaneamente, as teorias também evoluem: a água temperada recupera os seus direitos, a fisiologia da pele é mais estudada. As referências são cada vez mais funcionais. Transformações não desprezíveis, enquanto as práticas se transformam mais lentamente.

cialmente ligada à decência ou à limpeza do fato, e que se mede também pelo número de camisas, de lenços ou de meias. Mas as bacias continuam a não fazer parte do inventário do mundo operário: ausência relativa ou valor desprezível do objecto? E as camisas raramente atingem a meia dúzia: quatro para Charles Guyot, pedreiro, em 1782<sup>45</sup>; três para o fabricante de cabeleiras Du Crest, em 1792<sup>46</sup>; sete para Jean-Baptiste Coignard, lavadeiro, em 1783<sup>47</sup>.

As abluções parciais remetem para um duplo regime da higiene, no fim do século XVIII: aquele que alia sensibilidade e saúde transpondo o vestuário para atingir a pele, aquele que se prende com a decência e a aparência do invólucro vestimentar. Como é evidente, o primeiro não pode ser comparado com as representações e práticas actuais. Mas anuncia uma via que se vai desenvolver no século XIX.

Quarta parte

A água que protege